



ASSEMBLEIA

ORGANIZAÇÃO REGIONAL DO PORTO



21 ABRIL 2012

9h00 - FÓRUM DA MAIA

ÍNDICE

Regulamento da Fase Preparatória	5
I – Introdução	8
1. Enquadramento da situação política, económica e social desde a última Assembleia	8
2. Breve caracterização da situação internacional, nacional e regional	8
II – Caracterização Económica e Social do distrito	10
1. População	10
2. Estrutura socioeconómica, tecido produtivo e emprego	10
3. Realidade social e equipamentos. Papel do Estado e das Autarquias	11
4. Transportes, acessibilidades, mobilidade	12
5. Saúde	13
6. Educação e ensino	13
7. Cultura e Desporto	14
8. Liberdade e democracia	15
9. Reforma administrativa	15
III – Relatório de Actividade	17
1. Iniciativa política e partidária	17
2. Autarquias	18
3. Área Metropolitana do Porto	18
4. Assembleia da República	19
5. Parlamento Europeu	19
6. Eleições Legislativas	20
7. Eleições Presidenciais	20
8. Luta dos trabalhadores	21
9. Luta dos utentes e das populações	22
10. Organização do Partido – Direcção	23
11. Caracterização da organização	24
12. Património e meios financeiros	26
13. Apreciação ao cumprimento da Resolução da última AORP	27
IV – Reforçar o Partido, pelos trabalhadores, pelo povo, pela região	28
1. Um Partido de luta com propostas	28
2. Desenvolvimento da luta dos trabalhadores	32
3. Movimento Associativo e Popular	33
4. Luta dos utentes e das populações	34

5. Outros movimentos sociais	34
6. Ligação às massas e alargamento do trabalho unitário	36
7. Trabalho institucional	37
8. Partido – Avante por um PCP mais forte	37
9. Partido – Direcção e quadros	38
10. Informação e propaganda	39
11. O Partido e a Juventude	40
12. Festa do Avante	40
13. Património e meios financeiros	41
Anexos	43

REGULAMENTO DA FASE PREPARATÓRIA

ASSEMBLEIAS PLENÁRIAS

1. A realização de assembleias plenárias para debate dos documentos e eleição dos delegados será feita por convocação dos organismos de direcção respectivos, os quais assumem a direcção dos trabalhos.
2. Os organismos superiores devem tomar as medidas necessárias para convocar e garantir a realização das assembleias plenárias das organizações quando tiverem conhecimento de que os respectivos organismos de direcção não o fizeram, e podem indicar alguns dos seus membros para participar nas assembleias.
3. Participam nos trabalhos e decisões das assembleias plenárias os membros do Partido das respectivas organizações.
4. Nos casos de membros do Partido que pertencem a mais de uma organização considera-se, para o efeito no disposto do número 3, a organização onde normalmente pagam a sua quotização.
5. Podem participar nos trabalhos das assembleias plenárias, sem direito a voto, excepto no que o número 20 deste regulamento consagra, os responsáveis directos por essas organizações, embora formalmente não façam parte delas. Podem igualmente participar nas assembleias plenárias, sem direito a voto, os membros de organismos de responsabilidade superior, quando para isso tenham sido convidados ou indicados no âmbito do número 2.
6. As assembleias plenárias que incluam nos seus objectivos a eleição de delegados, deverão ser convocadas com antecedência de 8 dias. As convocatórias devem explicitar obrigatoriamente o objectivo da reunião.
7. Os membros da Mesa que dirigem as respectivas assembleias plenárias elaborarão uma acta, a enviar até ao dia 16 de Abril ao Secretariado da DORP, onde registarão uma síntese que refira o sentido geral do debate assim como o resultado das votações, acompanhadas das fichas com os dados identificadores dos delegados eleitos.

DEBATE

8. Os documentos para 10ª Assembleia da ORP propostos pela DORP para debate e decisão pela Assembleia, deverão ser discutidos nas reuniões dos diferentes organismos e organizações do Partido e nas assembleias plenárias.
9. Os membros do Partido têm o direito de expressar as suas opiniões e de apresentar propostas, nomeadamente de alteração aos documentos apresentados pela DORP, as quais deverão ser enviadas pelo organismo a que pertencem ou por iniciativa própria, à DORP.
10. As assembleias plenárias, caso assim o entendam, poderão proceder à votação na generalidade de cada um dos projectos de documentos apresentados pela DORP.
11. A DORP fará o apuramento do debate e aprovará os documentos que serão apresentados à Assembleia para discussão e decisão pela Assembleia da ORP.
12. Os documentos aprovados pela DORP serão apresentados à Assembleia acompanhados por uma informação e apreciação do sentido geral das propostas de alteração apresentadas no decorrer do debate, incluindo as que não tiverem sido aceites pela DORP.

ELEIÇÃO DE DELEGADOS

13. A Assembleia da ORP será constituída por delegados eleitos directamente pelas assembleias plenárias e por delegados por inerência.
14. Os delegados eleitos pelas organizações sê-lo-ão na proporção de 1 delegado por 15 membros do Partido.
15. O número de membros do Partido para efeito dos números 14 e 17 é apurado com base no balanço de Organização de 2011.
16. O número de delegados a eleger pelas organizações de acordo com o número 14, deverá ser distribuído tendo em conta as diversas organizações que as compõem e a respectiva proporcionalidade.
17. Nos casos das organizações que tenham um número de membros do Partido inferior a 15, os organismos imediatamente superiores, no sentido de procurar garantir a todos os membros do Partido o direito de elegerem e serem eleitos como delegados

ao Congresso, podem convocar assembleias plenárias agrupando diferentes organizações respeitando a proporção definida no número 14.

18. Os membros do Partido participantes nas Assembleias plenárias poderão propor candidatos a delegados a eleger. Os organismos que convoquem as assembleias plenárias para a eleição de delegados poderão propor candidatos a delegados a eleger. O número de delegados a eleger como efectivos deverá ser acrescido de um número igual de candidatos a delegados suplentes que, por ordem de eleição, ocuparão na Assembleia da ORP o lugar de delegados efectivos que eventualmente venham a estar impossibilitados de participar na Assembleia da ORP.

19. Os delegados, excepto nos casos em que se torne necessário juntar diversas organizações, ou para aplicação do disposto no número 21 deste regulamento, devem ser eleitos em assembleias plenárias das organizações a que pertencem. Nenhum membro do Partido poderá votar ou ser candidato a delegado (efectivo ou suplente) em mais de uma assembleia plenária.

20. Os participantes nas assembleias plenárias das respectivas organizações têm direito de eleger e de ser eleitos como delegados. Nas assembleias plenárias poderão ainda eleger e ser eleitos como delegados membros do Partido que desempenham, em relação à organização respectiva, funções directas de responsabilidade.

21. Os participantes nas assembleias plenárias convocadas para a eleição de delegados que considerem que não foram cumpridas as normas regulamentares, nem assegurada a democraticidade na eleição, em conformidade com as normas estabelecidas no presente regulamento, podem apelar para o organismo de responsabilidade superior da respectiva organização, o qual deverá, em tempo útil, apreciar o fundamento das reclamações e rectificar a irregularidades, caso se tenham verificado. Caso os militantes não concordem com a decisão podem ainda recorrer para a DORP.

DELEGADOS POR INERÊNCIA

22. São delegados por inerência os membros da DORP e os membros do Partido da Comissão Regional do Porto da JCP.

CALENDÁRIO

23. Os documentos aprovados pela DORP para debate no Partido serão publicados no sítio da DORP e distribuídos pelas organizações até ao dia 1 de Março de 2012.

24. A realização de assembleias plenárias poderá processar-se a partir da publicação dos documentos.

25. As propostas de alteração e emendas aos documentos apresentados pela DORP para debate em todo o Partido, deverão ser entregues com a possível antecipação, sendo o prazo limite para a sua entrega o dia 15 de Abril de 2012.

26. As assembleias plenárias para a eleição de delegados realizam-se entre dia 1 de Março e 15 de Abril de 2012.

PRIMEIRA SESSÃO DA 10ª ASSEMBLEIA DA ORP

27. A 10ª Assembleia da ORP culminará o debate que terá lugar em todo o Partido.

28. É obrigatório a apresentação do cartão de delegado e do cartão do Partido actualizado para a entrada no recinto reservado aos delegados.

29. A Assembleia funciona estando presente a maioria dos delegados.

30. A Mesa, a quem caberá a responsabilidade de dar início aos trabalhos da Assembleia, será constituída por membros da DORP.

31. Em seguida, será posto à discussão o Regulamento da Assembleia. Os restantes trabalhos da Assembleia desenvolver-se-ão segundo as normas do Regulamento aprovado.

16 de Dezembro de 2011
A DORP do PCP

O projecto de Resolução que se segue foi aprovado pela DORP na sua reunião de 24 de Fevereiro de 2012 e procura fazer caracterização económica e social do distrito, a análise ao trabalho desenvolvido pelo Partido na Região e definir linhas de trabalho a aprovar na X Assembleia da Organização Regional do Porto, a realizar no próximo dia 21 de Abril, no Grande Auditório do Fórum da Maia.

Não se trata de um documento fechado, antes se presta à análise, crítica e proposta dos organismos do Partido e de cada um dos militantes organizados na ORP como factor de enriquecimento.

Porto, 24 de Fevereiro de 2012
A Direcção da Organização Regional do Porto do PCP

I – INTRODUÇÃO

1. ENQUADRAMENTO DA SITUAÇÃO POLÍTICA, ECONÓMICA E SOCIAL DESDE A ÚLTIMA ASSEMBLEIA

- 1.1 Decorreram 26 meses desde a última Assembleia da Organização Regional do Porto do PCP. São traços marcantes deste período, o desenvolvimento da crise do capitalismo – com consequências claras no nosso país e na nossa região – acompanhado por uma intensa campanha ideológica que pretende justificar a espoliação dos direitos dos povos e o saque de recursos e de conquistas civilizacionais em favor do grande capital e das potências internacionais.
- 1.2 No plano institucional, tratou-se de um período marcado ainda por eleições para a presidência da República. Apesar da vitória de Cavaco Silva, tratou-se de uma batalha em que a candidatura protagonizada por Francisco Lopes – apoiada pelo PCP – projectou os valores de Abril para a Presidência da República, como uma necessidade do momento presente e afirmou a defesa da Constituição da República Portuguesa e a urgência de uma ruptura com o rumo de declínio nacional imposto pela política de direita. Realizaram-se também entretanto eleições Legislativas antecipadas na sequência da demissão do governo PS/Sócrates. O partido mais votado foi o PSD, tendo a CDU consolidado e reforçado posições.
- 1.3 A situação económica e social degradou-se significativamente. O desemprego está nos níveis mais altos das últimas décadas. Dezenas de milhares de trabalhadores desempregados sobrevivem sem qualquer subsídio ou prestação social, milhares de empresas encerraram em catadupa, retratando a agonia do comércio tradicional, da indústria, dos agricultores e pescadores. São o espelho de um país e uma região em declínio acentuado.
- 1.4 No desenvolvimento da sua actividade, convergente com a acção geral do Partido, a ORP procurou sempre identificar e denunciar os responsáveis e beneficiários da crise, afirmando sempre o Partido e o seu projecto alternativo e mobilizando para a luta pela mudança de políticas os trabalhadores e todos os atingidos pelas injustiças.

2. BREVE CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO INTERNACIONAL, NACIONAL E REGIONAL

- 2.1 A gravíssima situação que o país vive é o resultado do agravamento, no quadro da crise do capitalismo e do processo de integração capitalista da União Europeia, das consequências da política de direita e da aplicação do pacto de agressão subscrito pelo PS, PSD e CDS com a troika estrangeira (FMI, UE, BCE). Um acordo que contou com o apoio do Presidente da República, num opção gravíssima que alienou instrumentos de soberania nacional e submeteu o país às orientações do “directório” da UE e do grande capital.
- 2.2 A evolução das principais economias capitalistas confirma as tendências de aprofundamento da crise económica e financeira mundial e de recessão económica na tríade do capitalismo (EUA, UE e Japão). As decisões dos centros de articulação do capitalismo (OCDE, FMI, Banco Mundial, UE) confirmam o apoio e financiamento ao capital financeiro e a manutenção das mesmas políticas que conduziram à actual crise.
- 2.3 Na União Europeia e perante a evidência da recessão económica, da generalização da chamada “crise da dívida”, do completo falhanço dos chamados “pacotes de resgate” e da perspectiva de uma implosão da União Económica e Monetária e do Euro como instrumento de domínio económico e político, o grande capital, os governos das principais potências – com destaque para a Alemanha e França – e as instituições europeias, lançam-se em novas fugas para a frente visando concretizar pela força os ataques contidos nos chamados “pacotes de resgate”. A aprovação do Mecanismo de Estabilidade Europeu e do pacto orçamental e fiscal imposto pelo governo alemão – que o Governo PSD/CDS subscreveu num acto de abdicação contrário ao interesse nacional – constitui um gravíssimo passo na imposição e institucionalização das políticas contidas nos programas do FMI e da União Europeia – cujos resultados catastróficos estão à vista – e um degrau mais na estratégia de concentração e centralização do poder económico e político no grande capital financeiro e principais potências da União Europeia, com destaque para a Alemanha.

- 2.4 A realidade tem mostrado a justeza da avaliação do PCP quanto às nefastas consequências da entrada para a CEE e da adesão ao Euro, que faz emergir a necessidade de uma ruptura com este rumo, em defesa dos interesses de Portugal, dos trabalhadores e do povo português, objectivo inseparável de uma firme e patriótica atitude que exija da UE medidas de salvaguarda dos interesses do país, de reparação dos prejuízos acumulados por muitos anos de imposição de políticas contra os interesses nacionais e das consequências daí decorrentes.
- 2.5 No país, a prossecução de políticas antipopulares e antipatrióticas, a par da submissão do nosso governo aos interesses do grande capital e do directório da UE, conduziu o governo PS/Sócrates à adopção de sucessivas medidas de austeridade com consequências significativas nas condições de vida dos trabalhadores e do povo, nos direitos, nos serviços públicos e no próprio regime democrático emanado da revolução de Abril. Foram, em curtos meses, três PEC's (Planos de Estabilidade e Crescimento) que contaram sempre com o apoio e/ou cumplicidade do PSD, do CDS e do Presidente da República. Tal como o PCP sempre advertiu, o caminho escolhido pelos partidos da política de direita não resolveu nenhum dos problemas do país, agravou-os a todos! Esta escalada de afundamento do país e de forte descontentamento popular forçou o PSD a não aprovar o PEC IV, alterando o seu sentido de voto. Tal alteração não se deveu a qualquer mudança de posição política ou desacordo com o conteúdo da proposta, mas antes por razões tácticas e eleitorais. Se dúvidas existissem quanto à sintonia entre PS, PSD, CDS e Presidente da República sobre as opções políticas para o país, a assinatura do Pacto de Agressão ou a viabilização do Orçamento de Estado de 2012 clarificaram-nas.
- 2.6 Submissos aos interesses do grande capital o PS, o PSD e o CDS – com o apoio do PR – submeteram o país a um “acordo” de submissão com a troika estrangeira (FMI, BCE, UE). Este acordo entre as troikas, portuguesa e estrangeira, configura um verdadeiro Pacto de Agressão ao povo e ao país, rouba na soberania, rouba por via dos juros agiotas do “empréstimo”, rouba nos direitos, nos salários, nos serviços públicos, no emprego, na segurança social, privatiza empresas e serviços básicos da economia.
- 2.7 Um Pacto de Agressão que mantém e alarga os benefícios e os privilégios aos grupos económicos e financeiros, fazendo incidir apenas sobre os trabalhadores, os pensionistas, os jovens e os pequenos comerciantes e empresários a factura de uma crise para a qual não contribuírem e com a qual nada ganharam.
- 2.8 O PCP insiste que este caminho afundará o país, não resolverá nenhum dos seus problemas, apenas o deixará mais empobrecido, mais injusto e desigual. Por isso consideramos que resistir e lutar pela rejeição do pacto de agressão é um desígnio patriótico para o qual devem ser mobilizados todos os democratas, independentemente das opções políticas que tiveram em momentos anteriores. A luta pela rejeição do Pacto de Agressão, por um Portugal com futuro, pela renegociação imediata da dívida, pela soberania nacional, por salários e pensões dignos, pela defesa e promoção da produção nacional, pelo controlo público dos sectores básicos e estratégicos da nossa economia, pelo emprego com direitos e pela defesa dos serviços públicos são linhas transversais à nossa acção e intervenção.

II – CARACTERIZAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DO DISTRITO

1. POPULAÇÃO

- 1.1 Segundo o Censos 2011, residiam no distrito do Porto 1 816 045 pessoas representando 17,2% do total nacional, um aumento de 1,9% relativamente ao Censos de 2001, variação idêntica à verificada no país.
- 1.2 Contudo, neste decénio as variações registadas no distrito não foram homogéneas, antes acentuaram tendências já constatadas no anterior Censos. O Porto continuou a perder população, agora 25 572 pessoas, ou seja 9,7%. O mesmo aconteceu com Amarante, Baião, Póvoa de Varzim e Santo Tirso.
- 1.3 O concelho da Maia foi o que registou um maior aumento de população, 12,4%, sendo de sublinhar, também, que os concelhos à volta do Porto continuam a ter valores crescentes.
- 1.4 O Censos 2011 vem confirmar que a população com idade igual e superior a 65 anos vem aumentando significativamente. Se analisarmos o peso relativo desse escalão etário em cada concelho, sobressai o valor do Porto, 23,4%, ou seja um em cada quatro residentes neste concelho está incluído nesse escalão etário. Mas muitos outros concelhos apresentam valores elevados, além de grandes taxas de crescimento. Esta realidade reclama políticas sociais urgentes e que têm estado à margem das políticas centrais e municipais.

2. ESTRUTURA SOCIOECONÓMICA, TECIDO PRODUTIVO E EMPREGO

- 2.1 O Distrito do Porto vive uma situação preocupante fruto de uma prática política que levou à desindustrialização da região com reflexo na qualificação dos trabalhadores e no aumento da precarização. O desemprego aumentou imenso com o encerramento de milhares de empresas, a deslocação de outras, destruíram-se sectores económicos importantes, impedindo um crescimento sustentado e com desenvolvimento harmonioso na área social, económica e cultural.
- 2.2 O desenvolvimento económico do distrito do Porto tem-se caracterizado por assimetrias, entre os concelhos do centro mais desenvolvidos e os concelhos mais periféricos.
- 2.3 Um estudo recente revela que no sector secundário, os sectores tradicionais (vestuário, têxtil e calçado) perderam mais de 29.500 trabalhadores, cerca de 32% dos trabalhadores por conta de outrem.
- 2.4 No sector terciário (comércio e serviços) a evolução verificada até 2009 deve-se ao desenvolvimento nos subsectores do comércio e serviços e principalmente ao crescimento de múltiplos serviços (serviços de apoio à comunidade).
- 2.5 O sector primário não tem grande significado económico e social, mas tem ainda importância na economia e nas vidas das populações dos concelhos do interior (Amarante, Baião e Marco de Canavezes) e em alguns concelhos costeiros (Póvoa de Varzim e Vila do Conde).
- 2.6 Existe também uma grande concentração de trabalhadores ligados à indústria transformadora nos concelhos de Lousada, Paços de Ferreira, Penafiel e Santo Tirso, onde estão localizados os subsectores do têxtil, vestuário, calçado e mobiliário.
- 2.7 Verifica-se uma grande concentração de trabalhadores nos concelhos do Grande Porto (Maia, Matosinhos, Porto e V.N. Gaia – com cerca de 36% dos trabalhadores do sector secundário e cerca de 74% dos trabalhadores do sector terciário).
- 2.8 A estrutura do desenvolvimento económico e social do distrito está concentrado no Grande Porto, as assimetrias do desenvolvimento são evidentes, considerando a distribuição dos trabalhadores, a distribuição das empresas e as remunerações médias dos trabalhadores.
- 2.9 A redução do **número de empresas** que, conforme vimos na última Assembleia da ORP, se vinha a verificar de forma acentuada no distrito do Porto, mesmo em maior escala do

que acontecia na média do País, continuou no mesmo sentido nos anos de 2008 e 2009, últimos com dados disponibilizados pelo INE.

- 2.9.1 As micro empresas (até 10 trabalhadores) aumentaram o seu peso relativo no distrito.
- 2.9.2 Considerando os dados disponibilizados pelo INE, entre 2009 e 2011 o número de trabalhadores por conta de outrem teve uma diminuição de 4,1%, valor superior à média do país, sendo de realçar que isso resulta da evolução profundamente negativa do sector secundário.
- 2.10 O número de **insolvências de empresas** no distrito é o maior do país, cerca de 24% do total, sendo que deste conjunto 23% diz respeito a empresas de construção e materiais de construção.
- 2.11 O **desemprego** constitui, certamente, o problema social mais grave existente no nosso país atingindo valores alarmantes e que, segundo todas as previsões se irão agravar significativamente. As mulheres e os jovens são particularmente atingidos por este flagelo.
 - 2.11.1 No final de 2011, segundo os dados do IEFP, no distrito do Porto, o número de inscritos nos centros de emprego era de 137 958 o que correspondia a uma taxa de desemprego de 14,4%. Naquela data, o desemprego de longa duração representava 47,4% do total, valor claramente superior ao que se verificava no restante país, e constituía um agravamento de 23% em relação ao período homólogo de 2009.
 - 2.11.2 Com o aumento do desemprego verificou-se um significativo acréscimo do número de beneficiários do subsídio de desemprego, mas que não acompanhou o crescimento do número de desempregados. Dados oficiais apontam para a existência de 48,3% de desempregados sem subsídio de desemprego. A realidade é bem mais dramática, são cerca de 130 mil desempregados sem subsídio de desemprego!
- 2.12 No que respeita ao **rendimento social de inserção**, o número de beneficiários do distrito do Porto representava, em Novembro de 2011, 31,2% do total do País. Se levarmos em consideração o factor população, temos que no distrito do Porto 5,7% dela é beneficiária desta prestação social enquanto a média do país é 3,2%. Este dado não pode deixar de constituir um indicador da degradação da situação social que afecta esta região.
- 2.13 O Índice de **Poder de Compra** Concelhio per capita mostra de forma evidente que a maior parte dos concelhos do distrito apresenta valores inferiores à média nacional.
 - 2.13.1 Com efeito, considerando os últimos dados disponíveis, relativos a 2009, apenas Maia, Matosinhos, Porto e Vila Nova de Gaia apresentam índices superiores a 100, sendo que todos os concelhos do distrito pertencentes à sub-região do Tâmega, casos de Amarante, Baião, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel, ficam abaixo de 75.
- 2.14 Em 2009 o **ganho médio mensal dos trabalhadores** por conta de outrem no distrito do Porto era de €848,40, manifestamente inferior à média nacional (-18%), sendo que o diferencial do ganho médio masculino era maior (-19,7%) do que o do ganho médio feminino (-16,3%), apesar das mulheres continuarem a ganhar substancialmente menos que os homens. De realçar que, dentro do distrito, há diferenças acentuadas, bem visíveis entre os concelhos do litoral e do interior.

3. REALIDADE SOCIAL E EQUIPAMENTOS. PAPEL DO ESTADO E DAS AUTARQUIAS

- 3.1 A crise que afecta o país está a ter profundas repercussões na vida de grande parte da população do distrito, crescentemente atingida pelo desemprego e a pobreza.
- 3.2 Os grupos etários mais frágeis continuam a não encontrar por parte dos poderes públicos as respostas que são exigidas e, mais ainda, em situação de crise como a que se vive.
- 3.3 Na última década continuou a prevalência da intervenção do sector privado no que respeita aos estabelecimentos de ensino pré-escolar o que denotando o insuficiente investimento público nesta matéria tem como consequência a exclusão de muitas crianças.
- 3.4 Sendo uma consequência do avanço civilizacional o aumento da esperança média de vida da população, no caso do nosso país acrescido pela implementação do serviço nacional de saúde, essa nova realidade não tem encontrado a resposta que esta situação exige.
 - 3.4.1 No distrito do Porto, segundo os dados provisórios do Censos 2011, com 65 ou mais anos de idade, vivem sozinhas 148151 pessoas, e acompanhadas por pessoas do mesmo escalão etário mais 97275.

- 3.4.2 Esta situação torna-se particularmente mais preocupante nos grandes centros urbanos e, dentro deles, nos núcleos mais antigos e, muitas vezes, degradados.
- 3.4.3 Trata-se de uma frente social que tem de ser assumida pelo poder público, Estado e autarquias, não a transformando, como está a acontecer, numa apetecível área de negócio que, contudo, só incluirá alguns e excluirá a maioria.
- 3.4.4 Para esta o futuro não podem ser os albergues mas instalações como centros de dia e lares dignos. Por outro lado, é urgente aumentar o serviço de apoio domiciliário procurando mesmo a colaboração de outras entidades.
- 3.5 A realidade social que o distrito do Porto reclama a aplicação urgente de um plano de emergência social que envolva o governo e as autarquias, associando as instituições que intervêm na área e se disponibilizem para nele participar.

4. TRANSPORTES, ACESSIBILIDADES, MOBILIDADE

- 4.1 O incumprimento dos compromissos do governo para com a região, a discriminação negativa de que tem sido alvo e o desinvestimento reflectem-se particularmente ao nível dos transportes e acessibilidades, com consequências na mobilidade da população que reside, trabalha ou estuda neste distrito. Situação agravada com o aumento dos tarifários e com os cortes nos passes dos estudantes e dos idosos.
- 4.2 O **Plano Estratégico de Transportes** aprovado por este governo prevê a fusão destas empresas abrindo o caminho a mais cortes de serviços e ao despedimento de trabalhadores, com o objectivo da privatização.
- 4.3 No que respeita ao **Metro do Porto**, a segunda fase da rede continua por concluir, não obstante tantos compromissos assinados, assim como a ligação à Trofa que fazia parte da primeira fase. Entretanto, a empresa Metro mantém a situação de falência técnica consequência do insuficiente financiamento público para a expansão da rede o que a obrigou ao recurso ao crédito bancário com os consequentes encargos financeiros.
- 4.4 A **STCP** vem, desde há muito, num processo de redução de serviços e trabalhadores ao mesmo tempo que vai aumentando significativamente o custo tarifário. Esta empresa prevê despedir este ano mais 200 trabalhadores, situação que terá também consequências ao nível da qualidade e da quantidade de serviços prestados à população.
- 4.5 Ao invés de constituir um meio privilegiado para a deslocação de pessoas e transporte de mercadorias, ao mesmo tempo que defende o ambiente, o **transporte ferroviário** sofreu um significativo retrocesso nestes últimos dois anos. Foi desperdiçada a oportunidade de aproveitamento de fundos comunitários para a modernização da linha Porto-Vigo que permitiria potenciar infra-estruturas da região, designadamente o Aeroporto do Porto e o Porto de Leixões. As linhas do Tâmega e de Leixões, esta no que respeita a passageiros, foram encerradas. Na linha Porto-Aveiro foram suprimidos vários comboios.
- 4.6 A **Autoridade Metropolitana de Transportes** foi criada e instalada mas, até ao momento, o que se conhece do seu trabalho é a participação/coordenação de um relatório que prevê a diminuição da oferta de transportes públicos na região.
- 4.7 A empresa **ANA – Aeroportos de Portugal** encontra-se no rol de privatizações que o governo pretende desenvolver não obstante o seu carácter estratégico e a apresentação de resultados financeiros bastante positivos. Esta opção política não pode deixar de levantar sérias preocupações quanto ao futuro do Aeroporto do Porto cuja actual qualidade só foi possível pela gestão pública e global da ANA.
- 4.8 O **Porto do Leixões** é hoje alvo do interesse do grande capital, que procura naquela infra-estrutura o serviço dos seus interesses e do seu lucro.
- 4.8.1 Tanto o governo PSD/CDS como o PS e o BE defendem soluções que vão de encontro aos interesses dos grupos económicos. A verbalização da defesa dos interesses do Norte é, neste caso, o caminho da entrega a privados desta infra-estrutura estruturante à região.
- 4.8.2 A DORP afirma a necessidade da integração do Porto de Leixões numa lógica de gestão pública integral, que tenha em conta as especificidades e as potencialidades da região; assegure a complementaridade e cooperação entre portos, ao invés da competição e da concorrência; concilie tarifas e assegure a complementaridade de investimentos; harmonize direitos e condições de trabalho dos seus trabalhadores e das empresas fornecedoras de trabalho portuário; assegure ganhos de eficiência com

estruturas transversais, aproveitando o exemplo positivo da gestão integrada, pública e nacional do sistema aeroportuário.

- 4.9 No que respeita à **via rodoviária**, várias vias estruturantes da região estão por concluir, com particular destaque para o IC35 que até integra o Plano Rodoviário Nacional.
- 4.10 Mas neste sector o acontecimento que mais penalizou toda esta região foi a introdução de portagens nas ex-SCUT do Norte Litoral, Grande Porto e Costa da Prata, medida com reflexos profundamente negativos para a população e para a economia. O governo, o PS, o PSD e o CDS-PP desrespeitaram as condições estabelecidas para a implementação das portagens e não levaram em conta os justos protestos de toda a região onde as comissões de utentes estiveram em grande destaque. A ameaça de introdução de portagens e mais troços da região (Ermesinde e Águas Santas) merece o nosso repúdio.

5. SAÚDE

- 5.1 Face à crise e às medidas económicas e sociais que estão a ser impostas ao povo português corre-se o risco de sérios retrocessos em muitos indicadores de saúde onde houve grandes avanços. O grande capital financeiro considera os serviços de saúde uma das fontes de lucro mais rendíveis que deseja controlar.
- 5.2 No sector público os novos hospitais anunciados não saíram do papel embora fossem parcerias público privadas, casos dos Hospitais de Gaia e da Póvoa e Vila de Conde. Registaram-se investimentos importantes nos últimos anos na abertura de hospitais privados e estão anunciadas novas unidades. Abriram ainda 17 Unidades de Cuidados Continuados para doentes em convalescença, o que significa um aumento substancial da oferta de camas hospitalares sendo a maioria de entidades privadas. Permanecem por construir vários Centros de Saúde, importantes para assegurar o alargamento da cobertura da rede de cuidados primários.
- 5.3 Entretanto os hospitais públicos vêem reduzido o número de camas e vão perdendo profissionais de saúde em resultado do congelamento das carreiras profissionais, da arbitrariedade dos contratos individuais de trabalho e de processos de reestruturação. Médicos, altamente qualificados saem com reformas antecipadas indo reforçar os quadros de hospitais e de serviços privados. Há hospitais centrais a perderem competências em algumas áreas e terem de recorrer à colaboração de serviços externos privados para responder a necessidades correntes. Há milhares de enfermeiros no desemprego, mas faltam estes profissionais em muitos centros de saúde e hospitais.
- 5.4 Em Setembro de 2011, segundo dados do Ministério da Saúde, existia 190 mil pessoas sem **médico de família** no distrito do Porto, mantendo-se casos “terceiro-mundistas” de utentes que se deslocam para o centro de saúde durante a noite para conseguir ser atendidos na manhã seguinte, ou de centros de saúde que ficaram sem médicos por falta de pagamento de salários àqueles profissionais.
- 5.5 Permanecem por construir as instalações do Centro Materno Infantil do Norte. Após uma guerra entre a Câmara do Porto e o anterior governo, o projecto sofreu já sucessivas alterações – que reduziram a abrangência e o alcance do projecto inicial – com prejuízos para a população de toda esta região e com os privados a aproveitarem esta situação, alargando a sua oferta na área materno-infantil.

6. EDUCAÇÃO E ENSINO

- 6.1 A **escola pública** vem sendo alvo de uma violenta ofensiva ideológica, num processo que a tem tornado menos democrática e mais elitista, acentuando-se a precarização e proletarianização da situação laboral dos professores, educadores, auxiliares de acção educativa e assistentes técnicos.
- 6.2 A contrapor ao ataque à escola pública está o crescente apoio ao ensino privado. Por isso não é de admirar o peso crescente dos estabelecimentos deste sector, particularmente no que concerne ao ensino pré-escolar.
- 6.3 Neste ramo, o **pré-escolar**, no distrito do Porto há um crescimento de 6,5% nos estabelecimentos de ensino, totalmente conseguido à custa do ensino privado. No acréscimo de 66 unidades, existem mais 74 de ensino privado e menos 8 de ensino público.
- 6.4 No **ensino básico e secundário** a tendência é semelhante, com a ressalva de o número total de estabelecimentos de ensino ter decrescido, mas apenas à custa do sector público.

- 6.4.1 Também nestes ciclos de ensino as opções de classe dos sucessivos governos se fazem sentir, tanto ao nível do pessoal docente como do pessoal não docente e com consequências na qualidade do ensino.
- 6.5 Os “**mega agrupamentos**”, pela concentração de meios e recursos que encerram em si, a par da reorganização curricular, são factores de desemprego, agravamento das condições laborais dos profissionais de educação e põem em acusa a qualidade do ensino.
- 6.6 O fim da empresa **Parque Escolar** – a cuja criação o PCP sempre se opôs por se inserir no processo de privatização da Educação – foi tomado de forma inconsequente, fazendo com que muitos investimentos essenciais (reabilitações, melhorias e novas instalações) que estavam previstos em escolas do distrito fossem cancelados, sem que qualquer alternativa fosse procurada.
- 6.7 No **ensino superior**, com o passar dos anos comprovam-se os alertas que o PCP fez quanto às consequências do chamado “Processo de Bolonha” e do novo regime jurídico das instituições do ensino superior (o RJES): o Ensino Superior viu empobrecidos os conteúdos curriculares, o acesso ficou mais difícil para a maioria dos estudantes – por via das propinas e como consequência do subfinanciamento –, foi apagada qualquer réstia de gestão democrática e colegial das escolas, acentuou-se a precaridade entre os docentes e outros funcionários e abriu-se a porta para a sua parcial privatização com a figura das fundações públicas de direito privado.
- 6.7.1 A Universidade do Porto e o Instituto Politécnico do Porto ainda não têm o papel que se impunha na interação e colaboração com a vida da região e dos que nela trabalham, numa lógica de sinergia e valorização mútua, salvaguardando a autonomia e independência das instituições de Ensino Superior. Por outro lado, assiste-se a uma que procura a subordinação destas instituições ao interesse dos privados e não é devidamente promovido o acesso dos jovens formados ao mundo do trabalho em condições dignas e adequadas às suas habilitações.

7. CULTURA E DESPORTO

- 7.1 Com a crise a acentuar-se e os cortes orçamentais a sucederem-se, a cultura, o desporto e o recreio são das primeiras vítimas. Se em tempos normais estas actividades não merecem o apoio devido e que o desenvolvimento do país, em todos os sentidos, exige, nas actuais circunstâncias então ele afasta-se ainda mais desse objectivo.
- 7.2 Estes sectores são duplamente penalizados. Penalizados porque o governo corta nos subsídios que concede, inviabilizando mesmo a continuidade de muitas associações e grupos. Penalizados também porque as autarquias encontram nas colectividades e na actividade cultural a primeira “solução” para o problema do endividamento e dos cortes que também elas são vítimas por parte da administração central.
- 7.3 No que respeita aos municípios do distrito, comparando 2008 com 2010, vemos que as despesas com cultura e desporto diminuíram 31,2% quando a redução no país foi, em média, de 16,5%. Refira-se que há concelhos no distrito que superaram a redução média referida, casos de Amarante, Marco de Canaveses, Matosinhos, Paredes, Penafiel, Santo Tirso, Trofa, Valongo e Vila do Conde.
- 7.4 Mas o que aconteceu com as despesas de capital, vulgo investimentos, no período referido é ainda mais significativo. A redução média no distrito foi de 62,4%, sendo que no país foi de 38,5%. E houve concelhos que ainda superaram esse valor, em alguns casos reduzindo o investimento praticamente a zero, conforme se pode ver no quadro que se anexa.
- 7.5 As políticas desenvolvidas pelo governo nesta área conjugadas com as que são praticadas pela maioria dos municípios do distrito avolumam as preocupações com a evolução a que se vem assistindo.
- 7.6 Pese embora esta realidade, há milhares de dirigentes associativos nas colectividades de cultura desporto e recreio do distrito, com uma actividade e uma dinâmica de intervenção louvável, que em muitos casos se substituiu ao próprio Estado na oferta de soluções de oferta cultural, para a prática de desporto e para a ocupação de tempos livres para a juventude.

8. LIBERDADE E DEMOCRACIA

- 8.1 O quadro político e social exige dos comunistas uma forte ligação com outros democratas em defesa da democracia e da liberdade.
- 8.2 A democracia tal como a entendemos, nas vertentes económica, política, social e cultural alicerçada na nossa soberania, tem sido alvo de violentos ataques e retrocessos.
- 8.3 Na vertente económica com o espezinhamento da componente estatal e cooperativa da economia mista, no crescente domínio do poder económico sobre o poder político, na alteração da correlação de forças a partir da lei e da prática entre capital e trabalho sempre em benefício do primeiro.
- 8.4 Na vertente social, com os ataques aos direitos fundamentais das populações, aos serviços públicos, com uma política de esmagamento das remunerações e prestações sociais, com o lastro de desemprego, com o aprofundamento das desigualdades e injustiças sociais.
- 8.5 Na vertente cultural da democracia, com a introdução e massificação de ideias e conceitos basistas e primários, visam a resignação e alienação das massas, ao mesmo tempo que se etiliza a cultura e as possibilidades de criação cultural.
- 8.6 Na vertente política, com o ataque ao sistema político criado com o 25 de Abril e às suas conquistas consagradas na Constituição da República Portuguesa, com enfoque actual nas tentativas de alterações à legislação eleitoral para reduzir a participação democrática, e com a asfixia do poder local democrático. Mas também com a ingerência na vida interna dos partidos, na sua organização e financiamento próprios, tendo como alvo principal o PCP, no ataque ao sistema político e com a tentativa anunciada de criação de um sistema de representação bipartidário, com os ataques ao poder local democrático, quer pela intenção de extinção de freguesias, quer com a alteração antidemocrática e antiplural do sistema de eleição para as Câmaras Municipais.
- 8.7 Na vertente da soberania nacional, com a permissão de que organismos internacionais, exclusivamente ao serviço do grande capital e dos seus interesses, se sobreponham aos órgãos de poder nacionais, como é visível no processo de ingerência externa que vivemos; na crescente federalização da união europeia; e, dentro desta, na restrição visível do poder e decisão, transferido das instituições europeias, para o conjunto de dois ou três estados mais poderosos.
- 8.8 Também ao nível das autarquias locais proliferam exemplos de ataques à liberdade e à democracia, assumindo maior expressão a tentativa de retirada de propaganda política e as tentativas de impedir o PCP do exercício do seu direito constitucional de divulgar as suas propostas pelos seus meios e pelas suas próprias acções.

9. REFORMA ADMINISTRATIVA

- 9.1 Argumentando com o acordo assinado com a Troika, o Governo determinou uma Reforma da Administração Local, tendo os seus eixos principais sido apresentados no chamado Documento Verde, que a proposta ulterior do governo viria a agravar ainda mais.
- 9.2. Entre as medidas mais gravosas que foram propostas, num quadro de perda de autonomia do Poder Local, estão o fim das eleições para as Câmaras e a imposição de Executivos monocores, a atribuição de mais competências a entidades supramunicipais sem legitimação democrática, e a extinção de freguesias e municípios.
- 9.3 A lógica em que assentam tais medidas é economicista, semelhante à que tem conduzido ao encerramento de serviços públicos. Uma lógica enganosa e sem rigor, que exhibe aparentes “poupanças de escala” mas omite novas despesas decorrentes de tais decisões, e os efeitos negativos designadamente na desertificação de um vasto território, na penalização das populações e dos utentes dos serviços públicos.
- 9.4 No que se refere às autarquias, são postos em causa esteios essenciais de uma democracia de proximidade, a ligação da população a órgãos do Poder Local sufragados pelo voto popular, o acesso a serviços públicos indispensáveis ao exercício de direitos há muito existentes e consagrados na Constituição, um valioso património de apoio social prestado por milhares de eleitos, em regra com honestidade e sentido do dever.
- 9.5 Os critérios seguidos para a extinção das freguesias, predominantemente demográficos, desenhados a compasso, regra e esquadro a partir dum gabinete, não têm em conta as realidades locais. No distrito podem ser extintas centenas de Freguesias.

- 9.6 As propostas do governo não respondem a nenhuma necessidade das populações nem do Poder local. Foi por isso claramente rejeitado por uma larga maioria dos autarcas, tanto no Congresso da ANAFRE como em numerosas Assembleias Municipais e de Freguesia. No Distrito do Porto foi criado o Movimento Freguesias Sempre, onde os Executivos da CDU têm tido um papel de relevo, que realizou uma manifestação muito participada em 20 de Novembro no Porto e que prossegue actividade.
- 9.7 Com a apresentação da nova proposta do governo e a sua aprovação na Assembleia da República, estamos perante uma nova fase de luta que está em curso, que exige dos comunistas a mesma determinação na mobilização popular contra as medidas do Governo, verdadeiro ajuste de contas contra uma das mais importantes conquistas do 25 de Abril.

III – RELATÓRIO DE ACTIVIDADE

1. INICIATIVA POLÍTICA E PARTIDÁRIA

- 1.1 O período decorrido desde a última Assembleia foi caracterizado por uma intensa actividade partidária, pelo reforço da ligação e intervenção do Partido junto dos trabalhadores e das populações e pelo estímulo ao desenvolvimento de lutas reivindicativas em defesa de direitos conquistados e pelo desenvolvimento regional.
- 1.2 O PCP foi uma força portadora da capacidade de acção e de propostas para a resolução dos problemas dos trabalhadores e do povo do distrito, como demonstra o conjunto de iniciativas realizadas desde a última assembleia, designadamente:
 - 1.2.1 A participação convergente da Organização Regional do Porto em acções e jornadas nacionais do PCP contra o Pacto de Agressão, os sucessivos PEC's e Orçamentos de Estado, em defesa das funções sociais do Estado, das Liberdades e dos Direitos Democráticos, de direitos laborais e pela melhoria das condições de vida.
 - 1.2.2 A realização de acções de massas como o “Desfile contra o aumento do custo de vida”, a “Manifestação contra o roubo nos salários – Por produção nacional, emprego e justiça social”, o Passeio das Mulheres CDU e a Festa da Unidade. Além de outras, no âmbito da campanha eleitoral, das quais se destaca a Marcha CDU “contra o desemprego, por uma vida melhor”.
 - 1.2.3 A dinamização da CDU na campanha eleitoral para a Assembleia da República e o apoio à candidatura presidencial de Francisco Lopes. Salienta-se, pela dimensão que assumiu, o comício da candidatura de Francisco Lopes no Palácio de Cristal.
 - 1.2.4 A Organização Regional do Porto produziu um conjunto muito significativo de posições políticas sobre os principais problemas do distrito, frequentemente ignoradas pela comunicação social, num quadro de discriminação em relação a outras forças políticas. Foram apresentadas propostas e assumidas posições públicas sobre as questões do emprego, do tecido produtivo e económico, os Orçamentos de Estado, as Liberdades e Garantias, contra as privatizações e o desinvestimento na Saúde, nos Transportes Públicos, os ataques à Segurança Social, a ofensiva ao Poder Local Democrático, entre outros.
 - 1.2.5 A realização de Tribunas Públicas e diversas jornadas de propaganda, com meios próprios, visibilidade pública e traduzindo-se em inúmeras acções de contacto com as populações e dos trabalhadores. Entre outros, foram tema destas jornadas o Serviço Nacional de Saúde, os ataques aos Transportes Públicos e o Pacto de Agressão.
 - 1.2.6 A promoção de debates, sessões de esclarecimento e a apresentação de livros das Edições Avante, de que foram exemplos a realização de iniciativas em torno do Poder Local Democrático, das lutas antifascistas, da crise do Capitalismo, da actualidade do ideal comunista, a situação internacional e apresentação das Obras Escolhidas de Álvaro Cunhal.
 - 1.2.7 A realização de assembleias nas organizações de base local e profissional, numa demonstração de democracia interna, com o envolvimento de centenas de membros do Partido e a promoção a responsabilização de muitos militantes, com a prestação de contas dos organismos eleitos e o apuramento da orientação política.
 - 1.2.8 A participação activa nas comemorações do 25 de Abril e 1º Maio, com respeito pelo seu carácter unitário. A promoção de iniciativas próprias do PCP nestas efemérides.
 - 1.2.9 A solidariedade activa com acções unitárias em defesa de políticas de emprego, das funções sociais do Estado e da soberania nacional promovidas pela CGTP-IN, desde manifestações até Greves Gerais, e por movimentos de utentes e das populações.
 - 1.2.10 A promoção da imprensa partidária através da venda de edições especiais do “Avante!” e da realização de bancas na rua e nas empresas e a divulgação da revista “O Militante”.

- 1.2.11 As comemorações do aniversário do PCP constituíram momentos altos de afirmação da vitalidade e entusiasmo do colectivo partidário, com comícios, almoços, jantares, debates, acções de agitação e propaganda.
- 1.2.12 A realização de iniciativas em torno do aniversário da Revolução de Outubro, destacando-se o almoço regional realizado em 2011 com mais de 500 pessoas.
- 1.2.13 A importante participação na Festa do Avante, com o envolvimento de centenas de camaradas e amigos na construção e funcionamento do espaço da ORP, que garantiu a presença das lutas, gastronomia, cultura do Porto na Festa.

2. AUTARQUIAS

- 2.1 A gestão das autarquias do Distrito não teve qualquer evolução favorável nos últimos anos. A par dos crescentes cortes orçamentais e da atribuição de competências sem os necessários meios financeiros, que debilitam a sua acção, os Municípios enfrentam os problemas resultantes da redução do investimento público e da retracção do investimento privado. Não há qualquer estratégia de desenvolvimento para além das receitas incluídas nos pacotes de fundos comunitários ou no aproveitamento das oportunidades do mercado, onde pontificam os grandes interesses privados.
- 2.2 Embora com diferenças pontuais, que não devem ser subestimadas, as gestões municipais do PS e do PSD/CDS são, no essencial, coincidentes e marcadas por:
 - a) o aumento das taxas municipais, privatização de serviços, desregulamentação urbanística, especulação imobiliária e promoção de políticas ao serviço dos interesses dos grandes grupos económicos.
 - b) indiferença ou cumplicidade com os Governos no que respeita ao encerramento de Serviços Públicos.
 - c) diminuição dos apoios à cultura, ao desporto juvenil e à solidariedade social;
 - d) menosprezo pelo controlo democrático, violações do direito de propaganda política e desrespeito pelo pluralismo.
- 2.3 No Poder Local, a CDU defende outra política e tem outra prática. Uma política que procura soluções para os problemas concretos das populações, atenta aos mais carenciados, de defesa intransigente do primado do bem público, de um ambiente saudável, de um urbanismo humanizado, interessada em investimentos geradores de emprego com qualidade e direitos, com prioridade do sector produtivo, protectora do comércio tradicional, lutadora pelo financiamento público para o correcto cumprimento das suas competências, contra as privatizações, que defende com firmeza os legítimos interesses dos trabalhadores, pugna pela transparência dos procedimentos e combate a corrupção. Na sua prática, a CDU distingue-se de outras forças políticas pela defesa que faz da democracia de proximidade, da participação popular na vida autárquica, pelo contacto directo com as populações, bases essenciais do Poder Local Democrático nascido em 25 de Abril.

3. ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

- 3.1 A Área Metropolitana do Porto tem como órgãos políticos a Junta e a Assembleia. Na sua composição e na sua orientação reflectem o entendimento de fundo entre o PS, o PSD e o CDS.
- 3.2 De facto a **Junta Metropolitana**, que é assessorada por uma Comissão Executiva, gere deficientemente as competências que lhe estão atribuídas, tem-se mostrado incapaz de potenciar as possibilidades de coordenação e cooperação entre os diferentes Municípios, subalterniza a Assembleia e funciona mais como representante do Governo junto da região do que como representante dos interesses e aspirações do povo e da região junto do Governo. Em matérias essenciais como o emprego, o investimento público, o desenvolvimento económico, o apoio social, a Junta tem mostrado compreensão e sintonia com os Governos, o anterior e o actual.
- 3.3 A Assembleia Metropolitana, que tem dois membros da CDU, nem sempre coincide com as posições da Junta. Embora a maioria do “bloco central” rejeite qualquer proposta apresentada pela CDU contrária às privatizações ou à política orçamental. Já aprovou, no entanto, outras propostas da CDU, como as que rejeitavam a introdução de portagens nas SCUT; contra o chamado Livro Verde, contra a nova proposta do governo de reforma

administrativa e de apoio ao Movimento Freguesias Sempre; pelo andamento da 2ª fase da rede do Metro e o reforço das indemnizações compensatórias; contra o encerramento de estações dos Correios; em defesa da actividade cultural; ou pela reprogramação dos Fundos Estruturais e de Coesão.

- 3.4 Estes votos, que são meras recomendações, além de mostrarem contradições no bloco apoiante da política de direita, comprovam a importância da iniciativa dos eleitos da CDU em articulação com as lutas dos trabalhadores e das populações.

4. ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- 4.1 Desde a última AORP, foram entregues na Assembleia da República 304 perguntas e requerimentos, 8 Projectos de Resolução relativos ou com incidência directa no distrito. Uma actividade sem paralelo, apesar de termos apenas 2 deputados em 37 eleitos pelo distrito.
- 4.2 Foi mantida e aprofundada a linha de trabalho de proximidade com quem vive e trabalha no distrito, através de mais de 40 **mandatos abertos, reuniões e visitas** com os deputados. Reflectindo uma maior atenção e relevância da Direcção Regional a esta linha de trabalho, realizaram-se mais mandatos de âmbito sectorial que de âmbito concelhio. A articulação da acção mais geral com o trabalho institucional permitiu um melhor conhecimento da realidade, bem como a amplificação pública da nossa acção, denuncia e proposta.
- 4.3 Por via das concelhias e sectores chegou ao Grupo Parlamentar muita informação que alimentou a intervenção dos deputados. Complementarmente, a distribuição da informação relativa à intervenção dos deputados na Assembleia da República é uma linha de trabalho que tem sido assumida pelo colectivo Partidário.
- 4.4 Da acção dos deputados relativa ao distrito, destaca-se a apresentação de projectos de resolução sobre:
- 4.4.1 O lançamento do concurso público da 2.ª fase da rede do Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto e a integração, nesta fase, da linha da Trofa;
- 4.4.2 A reabertura da 3.ª Repartição de Finanças de Vila Nova de Gaia (Finanças dos Carvalhos);
- 4.4.3 A urgente construção do IC35;
- 4.4.4 A implementação no distrito do Porto de um plano de combate à precariedade e promoção de emprego com direitos;
- 4.4.5 A urgente revogação da decisão anunciada pela CP de terminar com a ligação ferroviária entre o Porto e Vigo;
- 4.4.6 A remoção de Resíduos perigosos depositados nas antigas minas de carvão de S. Pedro da Cova;
- 4.4.7 A determinação do grau de perigosidade dos resíduos depositados em terrenos anexos às instalações da antiga Siderurgia Nacional, na Maia, e a adopção dos procedimentos compatíveis com os resultados dessa avaliação;
- 4.4.8 Uma profunda alteração no financiamento da empresa Metro do Porto, SA que permita o relançamento faseado da 2.ª fase da rede do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto, incluindo a extensão da Linha Verde, entre o ISMAI (Maia) e a Trofa.

5. PARLAMENTO EUROPEU

- 5.1 Os deputados comunistas no Parlamento Europeu realizaram um trabalho ímpar só possível pela constante ligação aos problemas da região e às organizações locais, como comprovam as 53 visitas, encontros, reuniões e debates realizados na região e as 22 perguntas sobre questões relativas ao distrito do Porto.
- 5.2 Da intervenção realizada no Parlamento Europeu releva-se a defesa da indústria, o combate ao desemprego, a defesa do trabalho com direitos e a reivindicação de fundos comunitários para apoio aos investimentos estruturantes em falta na região.

6. ELEIÇÕES LEGISLATIVAS

- 6.1 A CDU nestas últimas eleições Legislativas obteve 6,23% do total Distrital, conseguindo 61.819 votos, ou seja mais 4.235 votos que nas anteriores eleições Legislativas de 2009, representando um crescimento de mais de 7%. Esta votação foi a maior dos últimos 20 anos. No plano nacional, a CDU obteve mais um mandato, passando a ter 15 deputados.
- 6.2 Este reforço foi muito significativo ocorreu numas eleições que tiveram já lugar num ambiente altamente desfavorável para a CDU, discriminada pela teoria das inevitabilidades, largamente difundida pela imprensa e comentadores ao serviço do grande capital, seguindo as ordens da troika internacional. Exemplo muito claro foi o apagamento do crescimento da CDU e o seu significado político.
- 6.3 Os resultados obtidos foram fruto da intensa campanha desenvolvida junto dos trabalhadores e das populações no Distrito, onde houve um grande envolvimento dos candidatos e das organizações do PCP e da JCP, bem como dos nossos aliados do PEV e de muitos democratas sem filiação partidária que integram a CDU, donde sobressaiu a grande marcha de 21 de Maio de 2011, na zona histórica do Porto, com mais de 5000 pessoas.
- 6.4 O PS apesar da utilização do aparelho de Estado, dos órgãos de informação obedientes, perdeu mais de meio milhão de votos. O PSD prometendo tudo, incluindo a não subida de impostos, mesmo depois de ter aprovado os três PEC's e assinado o pacto de agressão da troika, foi o Partido mais votado, apesar de ter ficado quem da maioria absoluta.

	RESULTADOS NACIONAIS				RESULTADOS DISTRITO DO PORTO			
	2009		2011		2009		2011	
	VOTOS	%	VOTOS	%	VOTOS	%	VOTOS	%
TOTAL INSC.	9347315		9429024		1550752		1570611	
VOTANTES	5658495	60,5	5554002	58,2	1009488	65,1	993006	63,2
CDU	446172	7,9	440850	7,9	57584	5,7	61819	6,2
PS	2068560	36,6	1557864	28	422053	41,8	318100	32
PSD	1646071	29,1	2145452	38,6	294186	29,1	388650	39,1
CDS	591938	10,5	652194	11,7	93831	9,3	99338	10
BE	557091	9,8	288076	5,2	92929	9,2	50985	5,1

Quadro comparativo dos resultados nas Eleições Legislativas 2009 e 2011

7. ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

- 7.1 A pré-campanha e campanha para as presidenciais de 2011 foram marcadas pela contestação contra a política de direita levada a cabo pelo governo do PS/José Sócrates e no essencial apoiadas por Cavaco Silva, Manuel Alegre e Fernando Nobre.
- 7.2 Todo o Partido no Distrito se mobilizou em torno da candidatura de Francisco Lopes – a única que defendia uma ruptura com a política de direita – e levou o esclarecimento e a mobilização contra a política levada a cabo contra os trabalhadores e as populações e trouxe para o debate público o papel e poderes do Presidente da República, assim como os problemas do País, a denúncia das políticas e seus responsáveis.
- 7.3 Da nossa campanha, destacou-se o contacto com milhares de pessoas, iniciativas diversas com o candidato, o mandatário e inúmeros apoiantes, o grandioso comício realizado no Palácio de Cristal a 9 de Janeiro com mais de 5000 pessoas e a grande arruada de final de campanha realizada na Rua Santa Catarina, com a participação do secretário-geral do Partido e do candidato.
- 7.4 Não conseguimos evitar a eleição de Cavaco Silva como pretendíamos, pois este beneficiou do sentimento de indignação e rejeição da política do Governo do PS/José Sócrates. Contudo, os resultados obtidos no Distrito do Porto traduzem o apoio de muitos portugueses, a um projecto de ruptura assente numa política patriótica e de esquerda, contra o favorecimento aos grupos económicos, pela valorização dos trabalhadores e dos seus direitos, em defesa da produção nacional e da nossa soberania.

	RESULTADOS NACIONAIS		RESULTADOS DISTRITO DO PORTO	
	VOTOS	%	VOTOS	%
TOTAL INSCRITOS	9638023		1567738	
VOTANTES	4490931	46,6	806033	51,41
FRANCISCO LOPES	300879	7,14	41839	5,52
CAVACO SILVA	2230751	52,95	415408	54,83
MANUEL ALEGRE	832402	19,76	151668	20,02
FERNANDO NOBRE	593941	14,1	113613	14,99

Quadro comparativo com os resultados nacionais e distritais das Eleições Presidenciais 2011

8. LUTA DOS TRABALHADORES

- 8.1 O Governo PS aliado ao CDS e PSD com os sucessivos PEC's desencadeou uma violenta ofensiva contra os trabalhadores e o povo que, só pela luta, os trabalhadores impediram que assumisse proporções maiores.
- 8.2 Várias foram as **manifestações nacionais** onde participaram todos os sectores e ramos de actividade, muitos os sectores que fizeram greves e manifestações regionais e nacionais (Enfermeiros, Professores, Forças de Segurança, Administração Pública, Administração Local, Industrias Transformadoras, Hotelaria, Comércio, Transportes, etc.) que encheram as ruas de protesto e exigência de direitos, salários, emprego e políticas alternativas.
- 8.3 **A Greve Geral de 24 de Novembro de 2010** teve a participação de trabalhadores de milhares de locais de trabalho do distrito do Porto. Uma participação que envolveu trabalhadores precários e efectivos, do sector privado e do sector público que se uniram na contestação a estas políticas e na exigência de uma mudança de políticas.
- 8.3.1 Destacaram-se nesta greve a participação marcante de trabalhadores da indústria transformadora (várias empresas com centenas de trabalhadores tiveram uma adesão superior a 90%); o sector da construção civil (com adesões significativas em mais de 50 locais de trabalho, tendo-se registado a substituição ilegal de trabalhadores em greve por subempregados); o sector da hotelaria e restauração (com a adesão total de trabalhadores de muitas cantinas de empresas e hospitais onde apenas foram cumpridos os serviços mínimos); o sector das pescas (com uma adesão muito significativa de pescadores do Porto de Pesca de Leixões e a adesão total à greve na lota da Sardinha, lotas do Arrasto e Artesanal e nas oficinas da Doca Pesca); o sector dos transportes (com mais de 90% de adesão no Metro do Porto, a supressão de cerca de 300 serviços da STCP numa adesão superior a 70% e a participação massiva no transporte ferroviário); o sector dos correios (com vários locais de trabalho com adesões entre os 70% e os 90%); o sector da saúde (com grandes adesões das várias classes profissionais e fortes impactos em todos os Hospitais e na generalidade dos centros de saúde); o sector da educação (com o encerramento de muitas dezenas de escolas e muitas outras fortemente afectadas pelo facto de estarem em greve a grande maioria dos trabalhadores deste sector); a administração local (com encerramento de juntas de freguesia e participações na greve significativas em diversas Câmaras); os Bombeiros Sapadores (que aderiram a 100% no Porto e em Gaia, assegurando apenas os serviços mínimos); o sector financeiro e a banca (com o encerramento de dezenas de balcões da Caixa Geral de Depósitos no distrito e a maior participação de sempre dos trabalhadores da seguradora AXA na greve geral).
- 8.4 Estas lutas foram cruciais para travar o governo PS e impedir que os partidos da política de direita tivessem condições para a provação do 4º PEC, situação que acabou por conduzir à demissão do governo PS/Sócrates.
- 8.5 Com a entrada do governo PSD/CDS vieram "por água abaixo" as promessas e o país já foi submetido ao Pacto de agressão, intensificou o rumo de afundamento. Em curso estão os maiores ataques nestes últimos 35 anos, com retirada dos subsídios de natal e férias no sector público, despedimentos facilitados e mais baratos, ataques à contratação colectiva, privatização e encerramento de serviços públicos, aumento de impostos, fuga e evasão fiscal, apoio à banca e ao grande capital.
- 8.6 Mesmo perante uma intensa campanha ideológica e sucessivos apelos à resignação, os trabalhadores não desistiram de lutar pelos seus direitos e contra o empobrecimento e a

exploração, como ficou evidente na luta de diversos sectores e numa nova **greve geral, realizada a 24 de Novembro de 2011** que teve no distrito uma adesão superior à verificada em anteriores greves gerais.

- 8.6.1 Esta Greve Geral teve no distrito elevadas adesões de trabalhadores efectivos e precários; do sector privado (com centenas de empresas e locais de trabalho com adesões acima dos 70% no sector da Metalurgia, da Construção Civil, da Hotelaria, do Comércio e dos Serviços) e do sector publico (com cerca de uma centena de serviços das autarquias encerrados ou fortemente condicionados; várias repartições de Finanças, da Segurança Social, Escolas, Centros de Saúde e Hospitais encerrados).
- 8.6.2 A unidade e luta dos trabalhadores dos transportes do distrito do Porto foi determinante para o êxito dos resultados da Greve Geral nas empresas deste sector. Só a forte consciência dos trabalhadores dos transportes e a determinação de resistir e lutar contra estas políticas permitiu resultados acima dos 90% em empresas como os STCP, o Metro do Porto, a REFER, a EMEF e a CP, bem como para superar todas as manobras de chantagem e intimidação de que foram alvo particular com a imposição de “serviços mínimos” violadores do direito à Greve, ameaças e “apelos” públicos das chefias.
- 8.6.3 A combatividade, a consciência de classe, o empenho e dedicação de dirigentes, delegados e activistas sindicais, no trabalho preparatório e nos piquetes de greve – onde assumiram papel de destaque muitas dezenas jovens – foram determinante para o esclarecimento dos trabalhadores e a denuncia das várias chantagens de que os trabalhadores têm sido alvo.
- 8.6.4 A rejeição destas políticas pela generalidade da população e a disponibilidade de prosseguir a luta pelo emprego, pelos salários, pelo desenvolvimento do país e contra as injustiças é cada vez mais mobilizadora de amplas camadas e sectores da sociedade que não se revêem nestas políticas, como ficou expresso na participação de jovens, trabalhadores e reformados na grande concentração, promovida pela União de Sindicatos do Porto da CGTP-IN, na Praça da Liberdade, no dia da Greve Geral.
- 8.7 No nosso distrito, trabalhadores de várias empresas estiveram em luta pelo seu salário, pelo direito ao emprego e contra a retirada de direitos. Destacaram-se os exemplos da Cerâmica de Valadares, da Ordem do Carmo, da Repoven, da Mida, das Máquinas Pinheiro, dos Bingos do Brasília e Olímpia, da Panrico, da STCP, da CP, da EMEF, dos CTT, do grupo Salvador Caetano, da Sunviauto, entre outras.
- 8.8 No contexto actual de crise, muitas empresas usaram este argumento para atrasar o pagamento de salários e até para reduzir o seu valor. Estas situações mereceram também a intervenção e denúncia do Partido, como aconteceu com os trabalhadores da Zon TV Cabo, da Misericórdia de Paços de Ferreira, na Cunha e Alves, na Savinor, na Rosa Têxtil, na Monte Adriano, etc.
- 8.9 Várias vezes participamos e nos solidarizamos com os trabalhadores das grandes superfícies contra a abertura do Comércio ao Domingo e Feriados, situação que mais uma vez o Governo esteve do lado do Patronato.
- 8.10 Mas também temos ganhos e a luta dos trabalhadores foi determinante para a concretização dos cadernos reivindicativos em muitas empresas. A unidade e a luta dos trabalhadores e do movimento sindical permitiu melhores condições de trabalho e melhores salários na Sakthi, Petrogal, Groz Beckert, entre outras.
- 8.11 As comemorações populares do **25 de Abril e as manifestações do 1º de Maio** assumiram importante papel na afirmação dos valores e ideais de Abril e na afirmação e defesa dos direitos dos trabalhadores e do povo.

9. LUTA DOS UTENTES E DAS POPULAÇÕES

- 9.1 Nos últimos dois anos assinalaram-se no distrito lutas das populações, variadas na forma, dimensão e objectivos, mas tendo em comum a recusa do agravamento das condições de vida e das injustiças causadas pelas políticas de direita, contrapondo, a essas políticas, a exigência de medidas concretas alternativas.
- 9.2 Após um período de ascenso na **luta dos utentes contra as portagens nas SCUT's**, com a concretização em finais de 2010, do portajamento da A28, A41/42 e A29, verificou-se uma progressiva diminuição da luta organizada, até à sua eventual cessação por completo, excepção feita na A29, onde até à data se mantêm activas comissões de utentes

que periodicamente vão promovendo acções de luta, algumas, como a marcha lenta de 2 de Dezembro de 2011, com grande dimensão. O fim previsto do regime de “isenções” para utilizadores locais em Junho de 2012 poderá, mais uma vez, dinamizar a luta contra as portagens nas ex-SCUT’s.

- 9.3 A **luta em torno dos transportes públicos e dos direitos das populações** atingiu particular relevância no distrito. Exemplos disso foram os vários protestos promovidos pelos utentes dos transportes públicos do Porto, e em igual medida, dos utentes da Linha do Tâmega, os abaixo assinados contra a introdução de parcometros no Porto, em Rio Tinto e em Gondomar, o abaixo assinado de colectividades contra a privatização da água no Porto. Em vários destes casos, a actividade destes grupos de utentes deu origem a acções de massas com expressão significativa.
- 9.4 Ainda no âmbito da **defesa dos serviços públicos**, devem ser assinalados os protestos na cidade do Porto e em Matosinhos contra o encerramento de postos dos CTT, contra o encerramento do posto da PSP de Azevedo, Campanhã, e nos concelhos de Felgueiras e Vila do Conde, a luta dos utentes do Centro de Saúde de Margaride e Vairão, respectivamente.
- 9.5 A contestação à reforma administrativa que propõe a extinção de milhares de freguesias, levou a que no dia 20 de Novembro se realizasse uma manifestação no Porto, além de outras acções em vários pontos do distrito envolvendo milhares de pessoas na **luta contra a extinção de freguesias e o “Documento Verde da reforma administrativa”** do Governo, em defesa do Poder Local, democrático e de proximidade.
- 9.6 O Partido acompanhou esta realidade no distrito, estreitando a sua ligação às massas e reforçando a sua influência e prestígio junto de muitos homens e mulheres que se envolveram nas lutas descritas.

10. ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO – DIRECÇÃO

- 10.1 A **DORP** eleita na última Assembleia tinha 42 camaradas. Destes 1 nunca tomou posse, 2 saíram para tarefas em outras organizações regionais. Houve uma cooptação, de acordo com o que foi previsto na resolução da última Assembleia de Organização.
- 10.1.1 Ao longo dos 26 meses que nos separam da última Assembleia, a DORP reuniu 25 vezes, sendo que dois terços dos seus membros participaram na maioria das reuniões.
- 10.1.2 A DORP cumpriu com o seu papel de direcção, avaliando a situação política e definindo as principais linhas de acção e intervenção do Partido na região.
- 10.2 O **executivo da DORP** assegurou a intervenção política diária, em articulação com a direcção do Partido, as concelhias e sectores, numa dinâmica de acção exigente à qual respondeu de forma positiva.
- 10.3 O **secretariado da DORP** é um organismo perfeitamente inserido na vida do Partido na ORP, no quadro do que foi definido na Assembleia. Embora esteja mais próximo das organizações que anteriormente, precisa aprofundar essa articulação e ligação regular de acompanhamento às organizações no âmbito das suas responsabilidades.
- 10.4 Funcionaram com regularidade as **comissões** consideradas fundamentais à nossa intervenção: Organização, Sindical, Fundos, Festa do Avante, desenvolvimento regional e Paz.
- 10.5 A **coordenadora regional de sectores e empresas** também reuniu com regularidade, procurando acompanhar e articular a intervenção do Partido nos sectores, empresas e locais de trabalho prioritários da região. A coordenadora da administração local, com funcionamento muito espaçado, assumiu um apoio ao desenvolvimento do trabalho das células da administração local nos concelhos do grande Porto. A coordenadora do Sector da Construção não reuniu.
- 10.6 Num contexto político de grande ofensiva, que colocou ao Partido, aos seus organismos e a cada um dos seus militantes acrescidas exigências de resposta, a DORP respondeu de forma muito positiva, sendo de destacar a continuação do rejuvenescimento do seu quadro de funcionários, a par da consolidação de soluções de direcção tomadas na última AORP.

11. CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

- 11.1 A Organização Regional do Porto do PCP conta hoje com 6533 **militantes**.
- 11.1.1 Há uma redução do número de efectivos do Partido, são menos 154 que no anterior Balanço. Esta situação deve-se essencialmente à saída de inscritos que desistiram de pagar quotas/militar e à perda de contacto/ligação com outros, situações que não foram compensadas com o recrutamento.
- 11.1.2 17,3% dos membros do Partido estão organização por sector ou local de trabalho.
- 11.1.3 Aumentou o peso relativo de mulheres, ainda que não vá além dos 28%.
- 11.1.4 Mais de 70% da organização corresponde a operários (38,9%) e empregados (33,7%), traduzindo a natureza de classe do Partido.
- 11.1.5 Do ponto de vista etário, a organização concentra os seus militantes entre os 41 e os 64 anos (56,5%). Dos restantes, 19% têm até 40 anos e 24,5 têm 65 ou mais anos.
- 11.2 O trabalho do Partido na região está estruturado em 194 **organismos**, envolvendo cerca de 900 camaradas. Nestes, destacam-se os organismos de local de trabalho (36) e os de local de residência (53). Há ainda 21 freguesias e 3 células a funcionar em plenário, sem organismos eleito.
- 11.2.1 Além dos militantes que integram organismos eleitos, há ainda muitos outros (cerca de 300) com participação regular em tarefas e iniciativas do Partido, que podemos considerar como integrantes do núcleo activo. Sem dúvida uma grande força que pode crescer e reforçar-se, pela responsabilização de outros, respondendo às tarefas prioritárias de cada organização na acção do Partido, na luta contra a política de direita e na afirmação do seu projecto e do seu ideal.
- 11.3 Na **responsabilização de quadros**, tendo respondido aos objectivos (200 quadros responsabilizados desde a última Assembleia), temos a necessidade de melhorar o apoio e acompanhamento de quadros responsabilizados, reduzindo as situações de camaradas que não asseguram as tarefas para as quais foram responsabilizados, alargando o número de camaradas que asseguram tarefas regulares e a capacidade de resposta às tarefas.
- 11.4 Foram realizados 400 **recrutamentos**, tendo a maioria sido integrada em organizações de base local. Foi reforçada a atenção à integração e responsabilização dos recrutamentos, com a definição de um responsável por esta tarefa em cada organização. A responsabilização de camaradas recém-chegados foi determinante para alargar a capacidade de resposta e de intervenção, bem como para a criação ou dinamização de colectivos. Há avanços na compreensão e no tratamento colectivo do levantamento de nomes a abordar para aderir ao Partido e no processo de inscrição. Contudo, há grandes potencialidades de recrutar para o PCP que continuam por concretizar.
- 11.5 Desde a última AORP realizaram-se **Assembleias de Organização** nos Sectores Profissionais da ORP, na Organização da Função Pública, no Sector Intelectual, na Direcção Sub-Regional do Vale do Sousa e Baixo Tâmega e nos concelhos de Santo Tirso, Trofa, Vila do Conde, Marco Canaveses, Porto, Gaia, Valongo, Gondomar e Penafiel. Realizaram-se ainda Assembleias de organização em várias freguesias e células de empresa. A regularidade de realização de Assembleias em todos os sectores, na maioria dos concelhos e nas principais freguesias e células de empresa traduz uma consolidação do trabalho.
- 11.5.1 A intervenção do Partido nas **empresas e locais de trabalho**, o conhecimento da realidade e o contacto com os trabalhadores, regista claros avanços. O momento político, a exigência de resposta por via do desenvolvimento da luta e da acção mais geral do Partido imprimiu um estilo de trabalho de presença regular nas empresas e locais de trabalho.
- 11.5.2 Ao nível dos organismos de empresa, há um esforço de não ter camaradas reformados nos organismos de empresa ou sector. Excepções pontuais têm a ver com as especificidades devidamente justificadas.
- 11.5.3 Quanto ao trabalho de organização, constituição e funcionamento de células e sectores profissionais, há diferenças de organização para organização. No essencial consolidaram-se colectivos, registando-se também avanços no sector do mobiliário e em áreas crescentemente marcadas pelo trabalho precário, designadamente na área da portaria e vigilância e no sector das telecomunicações.

- 11.5.4 Persistem dificuldades maiores no desenvolvimento deste trabalho ao nível dos concelhos. A experiência tem provado que o destacamento de quadros, principalmente funcionários do Partido, em exclusivo para esta tarefa é determinante para o seu desenvolvimento e para a superação de dificuldades.
- 11.5.5 Considera-se justa e adequada a orientação da última Assembleia da constituição de sectores de actividade que agrupem células. Há o exemplo positivo do sector ferroviário (importando persistir no esforço de manutenção em funcionamento das células da EMEF, da REFER, da CP e do Metro do Porto).
- 11.6 Nas **organizações de local de residência**, havendo diferenças deram-se passos na estruturação, designadamente pelo agrupamento de freguesias. Não se estabilizou o funcionamento de algumas organizações de freguesia criadas na dinâmica das eleições autárquicas de 2009.
- 11.7 Reforçou-se o funcionamento do **trabalho do Partido junto dos intelectuais**, por via de um melhor funcionamento do Sector intelectual e de diversos subsectores, mas também por via do contacto regular com muitos intelectuais, com expressão pública no apoio à CDU e no envolvimento e participação em acções por nós dinamizadas e, ainda, pela realização de iniciativas públicas.
- 11.8 Com vista ao **aprofundamento da ligação às massas, alargamento do trabalho unitário e da influência do Partido**, a direcção regional tomou medidas no sentido da integração em colectivos e do acompanhamento de camaradas que intervêm em movimentos de massas de âmbito regional. Pese embora este esforço, há necessidade de prosseguir e alargar este trabalho, quer no plano regional, que ao nível de cada uma das organizações.
- 11.9 O trabalho de **Informação e Propaganda** assumiu um papel determinante na acção do Partido ao longo destes últimos 26 meses. Realizaram-se dezenas de iniciativas em torno dos problemas resultantes da política de direita e da aplicação do Pacto de Agressão, quer integradas em acções nacionais, quer por acção da DORP, designadamente sobre as taxas moderadoras, contra a privatização e os aumentos das tarifas dos transportes, contra o PEC, contra a introdução de portagens nas SCUT, contra a exploração – pelo trabalho com direitos, em defesa dos serviços públicos, contra o aumento do custo de vida, etc.
- 11.9.1 Merece igualmente destaque a acção regional do Partido de divulgação do cumprimento dos seus principais compromissos assumidos nas eleições legislativas de 2011, afirmando as propostas do Partido para a resolução de problemas urgentes da região e a diferença dos eleitos comunistas relativamente aos restantes.
- 11.9.2 No plano da propaganda, existe uma rede de mais de 300 estruturas mupi em permanência na rua, o que representa um importante veículo da nossa informação que importa cuidar, manter actualizado e alargar.
- 11.10 Aumentou ligeiramente o número de exemplares do **Avante!** vendidos organicamente. Foram criados novos pontos de venda orgânica, que permitiu a descentralização da tarefa e o envolvimento de novos camaradas, que compensou quebras entretanto verificadas ao longo deste tempo. Continuamos distantes do objectivo de uma difusão na região equivalente a 20% da organização.
- 11.10.1 Existe uma boa resposta da organização às edições especiais do Avante!, com significativo crescimento do número de exemplares vendidos e com várias bancas de rua e nas empresas.
- 11.10.2 Há ainda experiências de bancas regulares do Avante! com avaliação positiva. Esta situação revela avanços na discussão e compreensão da importância do Avante!, que importa valorizar a alargar.
- 11.11 Há um aumento de exemplares do **Militante** vendidos quer por via da organização, quer por assinatura. Pelo conteúdo e apoio à formação política e ideológica, justifica-se um esforço dirigido para camaradas que integram organismos.
- 11.12 Foram realizadas acções de **formação política e ideológica** nos concelhos do Porto, Gondomar, Matosinhos, Vila do Conde, Paredes, Santo Tirso, essencialmente dirigidas a novos militantes.
- 11.12.1 Regista-se também a participação de camaradas nos cursos centrais realizados na escola do Partido.

- 11.12.2 No plano regional, foi realizado um curso para funcionários e responsáveis de organização sobre questões económicas. Foi ainda mantida a realização de debates e outras sessões onde as questões ideológicas assumiram relevo, como são exemplo a sessão sobre os “50 anos da fuga de Caxias”, “III Tomo das Obras escolhidas de Álvaro Cunhal”, “Partido com Paredes de Vidro”, “A Guerra Colonial”, “O Avante! E o papel da imprensa partidária”, “Defesa do Serviço Nacional de Saúde”, entre muitas outras. Destacam-se ainda a realização de mais de uma dezena de sessões públicas sobre a “Crise” denunciando as causas, as consequências, os responsáveis e os beneficiários e afirmando as propostas do PCP para um política alternativa.
- 11.12.3 Sendo de valorizar o trabalho desenvolvido e a capacidade de abordar as questões ideológicas de forma transversal na actividade das organizações do Partido, uma planificação e acompanhamento mais cuidadosos por parte do secretariado da DORP pode melhorar esta frente de trabalho, assegurar a participação de mais camaradas e ajudar a superar alguns problemas de articulação verificados na preparação de cursos básicos e na participação em cursos da Escola do Partido.

12. PATRIMÓNIO E MEIOS FINANCEIROS

- 12.1 A 9.^a Assembleia da Organização Regional do Porto considerou da máxima importância o aumento das receitas e uma criteriosa gestão dos recursos a todos os níveis, fundamental para a melhoria do trabalho e da intervenção do Partido.
- 12.2 Para concretizar tais objectivos definiu um conjunto de linhas de trabalho a ter em conta na actividade a desenvolver, designadamente dar uma maior relevância ao aumento da quotização e ao número de camaradas a pagar (lançando uma campanha para atingir os 5 mil camaradas a pagar quotas até ao 90º aniversário do Partido), criando colectivos de fundos para dinamizar a tarefa, aumentando os camaradas a recolher quotas, incentivando o desconto bancário e o Pagamento Multibanco, organizando brigadas de Cobrança e procurando a elevação do valor da quota, tendo como referencia 1% do salário ou pensão.
- 12.3 Avançou igualmente com a proposta de realização de um convívio anual dos camaradas com tarefas de fundos que valorizasse a tarefa e ajudasse a sensibilizar novos camaradas para a mesma. Igualmente propunha-se maior atenção ao compromisso dos eleitos locais, às contribuições das senhas de presença dos camaradas que vão para as mesas de voto e, também, novas linhas de abordagem das iniciativas de Verão e Natal, Dia de Salário e contribuições. Por fim, referia-se a necessidade de melhorar a participação na Festa do Avante e reflectir melhor os C. Trabalho, necessidades e rentabilização.
- 12.4 Pouco mais de dois anos passados, as **receitas próprias** cresceram 8,5% que não pode ser desligadas das verbas significativas recebidas das mesas de voto, apesar de insuficiências na discussão e neste trabalho em algumas organizações. Mais 300 camaradas a pagar quotas, apesar de termos ficado longe do objectivo dos 5 mil, a receita teve um crescimento assinalável, mais 5%, mesmo tendo em linha de conta que em 2011 foi inferior a 2010. Há uma ligeira melhoria na contribuição dos eleitos locais, mas persistem problemas que urge vencer. As contribuições das Mesas de voto tem um peso crescente nas receitas mas há desigualdades no tratamento desta questão que, sem margem para qualquer dúvida, torna necessário o aprofundamento da discussão política e ideológica em todos os concelhos com os camaradas envolvidos na tarefa. As iniciativas de Fundos, precisam de ser melhor trabalhadas em várias organizações, que tendo em conta, que continuam a ser uma importante fonte de receita. As abordagens apesar de alguns esforços, continuam aquém das potencialidades.
- 12.5 Em paralelo com o aumento das receitas próprias, tem havido um grande esforço para conter **despesas** procurando não diminuir a intervenção política. Os salários e encargos tiveram uma ligeira diminuição e representam 51% do total das despesas. As despesas com Centros de Trabalho e Comunicações, mesmo com o aumento brutal do IVA na electricidade, não ultrapassaram o orçamentado. Os maiores desvios dão-se nos transportes, que subiram mais de 30% e na Intervenção Política e que são indissociáveis da ofensiva brutal contra os trabalhadores e o regime democrático e da luta que temos vindo a desenvolver. No período em análise realizaram-se 2 convívios anuais dos camaradas, com a tarefa de fundos e do Avante!, melhorou o funcionamento da Comissão de Fundos junto da DORP.
- 12.6 Continua-se a dar passos importantes na melhoria da prestação de contas.
- 12.7 No que se refere aos **Centros de Trabalho** tem havido um esforço no sentido de resolver os problemas mais prementes. Transferiu-se o Centro de Trabalho de Ermesinde para

outro espaço no sentido de reduzir custos cada vez mais insuportáveis. Procura-se uma situação mais ajustada em Gaia. Foi renegociada a renda do Centro de Trabalho de Campo. Concluiu-se o processo de legalização do Centro de Trabalho de Pedrouços ao fim de 15 anos de avanços e recuos. Avançam as obras em Barão de S. Cosme no sentido de dotar a organização da cidade do Porto de um novo Centro de Trabalho que sirva as freguesias orientais da cidade. Não avançaram as obras de manutenção no Centro de Trabalho da Boavista. Prosseguem os esforços da organização de Vila do Conde no sentido de liquidar a amortização das obras avultadas que realizou no Centro de Trabalho o que deve concretizar-se este ano. É da maior justeza sublinhar o enorme esforço feito pelos camaradas e amigos de Gondomar, em especial de S. Pedro da Cova, para liquidar a amortização do novo C.T de S. Pedro da Cova, cerca de um ano antes do previsto.

13. APRECIÇÃO AO CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO DA ÚLTIMA AORP

- 13.1 Num contexto de violenta ofensiva contra os trabalhadores e o povo da região e do país, foi de grande valor e importância o papel da DORP na resposta política, na participação na luta geral e sectorial, na promoção de iniciativas, na contestação à política de direita e ao pacto de agressão, na apresentação de propostas alternativas.
- 13.2 No plano orgânico, manteve um significativo número de organizações em funcionamento, com um núcleo activo amplo e valioso. Evoluiu no plano financeiro, apesar de não ter conseguido atingir o objectivo de 5000 camaradas a pagar quotas. O rejuvenescimento e a responsabilização de novos quadros foram mantidos, com êxito, quer no quadro de funcionários, quer no conjunto das organizações. A organização do Partido nas empresas e locais de trabalho consolidou passos dados anteriormente, tendo registado alguns avanços, embora insuficientes.
- 13.3 A DORP, o Executivo e o Secretariado funcionaram com regularidade, tendo cumprido, no essencial, o seu papel no âmbito das competências que lhe estavam atribuídas.
- 13.4 A apreciação ao trabalho desde a última Assembleia é positiva, justificando-se o reforço da atenção à organização do Partido nas empresas e locais de trabalho e à recolha de quotas.

IV – REFORÇAR O PARTIDO, PELOS TRABALHADORES, PELO POVO, PELA REGIÃO

1. UM PARTIDO DE LUTA COM PROPOSTAS

- 1.1 No quadro em que desenvolvemos a nossa acção, a resposta aos problemas decorrentes da política de direita e da aplicação do Pacto de Agressão deve ser uma preocupação central, naturalmente integrada na acção geral do Partido.
- 1.2 Sendo certo que nenhum dos problemas da região se resolve sem a inversão de políticas no país, a proposta do PCP face aos problemas da região deve estar sempre presente, como elemento estruturante da nossa intervenção, combatendo a resignação, salientando a possibilidade e urgência de uma política alternativa, capaz de assegurar a ruptura patriótica e de esquerda que a região e o país precisam.
- 1.3 Sem prejuízo de ajustes em função da evolução da situação económica e social e das implicações desta na região e nas necessidades dos trabalhadores e do povo, a DORP do PCP identifica 9 vectores essenciais ao desenvolvimento da região:

1º – Produção, criação de emprego com direitos, valorização salarial.

- a) Combater o desemprego, o trabalho precário e o trabalho ilegal e não declarado, mal remunerado e sem direitos na região, valorizando a contratação colectiva, a qualificação profissional e a criação de emprego com direitos.
- b) Defender a criação de um “Programa Distrital de Promoção de Emprego com Direitos e Combate à Precariedade” que tenha presente as especificidades da situação económica e social existente e as potencialidades da região e responda prioritariamente ao desemprego juvenil.
- c) Exigir uma intervenção disciplinadora da Autoridade para As Condições de Trabalho, reforçando os meios das delegações regionais de forma a assegurar uma intervenção mais célere e eficaz no combate à exploração e ao atropelo aos direitos laborais. Reclamar maior celeridade no funcionamento dos Tribunais do Trabalho do distrito, dotando-os de meios necessários.
- d) Defender e reforçar a Produção Nacional e o apoio ao investimento em fileiras estratégicas para o desenvolvimento regional no plano agro-alimentar, industrial e energético.
- e) Apoiar a modernização, a internacionalização e a aposta em “marcas próprias” nos sectores tradicionais da nossa indústria, designadamente no Têxtil, Vestuário e Calçado.
- f) Apoiar a modernização das PME's, valorizar e diversificar as capacidades produtivas e aproveitar todas as suas potencialidades, no quadro do aparelho produtivo regional e nacional.
- g) Requalificar economicamente o interior do distrito, com base num estudo que potencie o aproveitamento da sua capacidade produtiva e de desenvolvimento, promova a diversificação da indústria e impeça a perpetuação de situações de monoindústria.
- h) Aproveitar as potencialidades do Distrito na produção agrícola. Intervenção firme na defesa e apoio ao sector leiteiro. Defesa da produção vitivinícola dando atenção às especificidades do Vinho Verde, com forte expressão na região. Apoiar o sector cooperativo. Defender uma política de solos que salvede a defesa do sector primário. Apoiar o escoamento da produção agrícola da região com o desenvolvimento de mercados locais e garantindo circuitos de distribuição com preços justos à produção.
- i) Maior atenção e defesa da pesca na região, melhorando as condições dos portos de pesca e defendendo uma política que tenha em consideração as especificidades da região no contexto nacional e europeu e assegure condições para o escoamento

de produtos a preços justos. Construir e melhorar as lotas e portos de apoio à pesca artesanal, nomeadamente na Afurada, em Angeiras, em Vila Chã e Póvoa de Varzim. Exigir meios de segurança para a actividade piscatória, designadamente o desassoreamento das barras e a construção de um heliporto na Póvoa de Varzim.

- j) Defesa de regras mais restritivas para o licenciamento de superfícies comerciais de média e grande dimensão, bem como impor o encerramento das grandes superfícies comerciais aos domingos e feriados no período da tarde.

2º – Apoio Social e combate às desigualdades

- a) Aumentar o apoio social, nas suas diversas vertentes, assegurando uma rede social pública eficiente e com os meios necessários para garantir uma resposta aos crescentes problemas e flagelos da região, designadamente o desemprego, a precariedade laboral, a pobreza e exclusão social e o envelhecimento crescente da população.
- b) Planear uma Rede Pública de Apoio à Primeira Infância e Infância com equipamentos de qualidade, pessoal qualificado e a preços acessíveis para as famílias das classes trabalhadoras, planeada de acordo com as necessidades da região. Alargar a rede de equipamentos e de apoio social adequados para crianças, jovens e idosos que permitam contribuir para o adequado desenvolvimento de projectos sociais.
- c) Reforçar os meios humanos e materiais para o combate à toxicodependência e construir um centro de abrigo e acolhimento para toxicodependentes na zona oriental do Porto.
- d) Implementar um plano de eliminação das barreiras arquitectónicas e de promoção de uma rede pública de transportes adaptados.
- e) Criar no distrito um centro multidisciplinar, no âmbito do SNS, de avaliação das incapacidades e de reabilitação e integração de pessoas com deficiência.

3º – Segurança e Justiça

- a) Lutar contra os encerramentos de Tribunais e o novo mapa judiciário, privilegiando uma Justiça mais próxima dos cidadãos. Reforçar os meios humanos e materiais na investigação e acção judicial. Melhorar as instalações e condições de trabalho nos tribunais, dotando-os de meios físicos e humanos fundamentais para assegurar uma Justiça mais célere e eficaz.
- b) Garantir a segurança das populações, defendendo uma política que aposte no policiamento de proximidade, com meios físicos, materiais e humanos para a sua concretização.
- c) Rejeição das propostas de redução de efectivos e de encerramento de esquadras da PSP e de postos da GNR, motivadas por uma reorganização operacional e territorial desajustada das necessidades das populações e que põe em causa a sua eficácia.
- d) Definição de um plano de intervenção urgente nas esquadras do distrito, superando graves problemas de funcionamento, meios e infra-estruturas que existem.
- e) Apoiar a rede de bombeiros contribuindo para a sua sustentabilidade e para a renovação do seu material.

4º – Investimento Público e coesão territorial

- a) Concretizar os diversos investimentos há muito anunciados para a região, valorizando principalmente os concelhos do interior como forma de suprir as assimetrias existentes com o litoral do distrito. Dar prioridade aos projectos e investimentos estruturantes, designadamente as plataformas logísticas anunciadas para o distrito, salvaguardando os terrenos agrícolas do Vale do Coronado.
- b) Acompanhar a aplicação dos investimentos e a concretização dos projectos do QREN, assegurando o envolvimento das populações, das autarquias locais e dos órgãos Metropolitanos. Impedir o desvio de verbas do QREN para outros fins.
- c) Desenvolver o turismo da região, assente na qualidade do emprego e na qualidade de serviço, promovendo a reclassificação turística dos estabelecimentos de alojamento, de restauração e de bebidas e a formação profissional dos recursos

humanos. Apoiar a criação e fruição cultural enquanto factores de atracção de turismo nacional e internacional, potenciando também os equipamentos e infra-estruturas da região.

- d) Pugnar pela recuperação do parque habitacional, particularmente nos centros urbanos, e pela criação de um programa integrado para a avaliação e superação das necessidades de habitação social no distrito, em articulação com as Autarquias Locais. Defesa da promoção e do apoio ao cooperativismo de habitação, de habitação a preços sociais e do mercado social de arrendamento.
- e) Institucionalização das regiões administrativas, conforme consagrado na Constituição da República Portuguesa e combate às tentativas de alterações no mapa administrativo (extinção/fusão de freguesias, executivos monocores, ...) que visam a redução de serviços públicos e da participação popular e democrática do Poder Local.
- f) Valorizar e dignificar os órgãos da Área Metropolitana, desenvolver a sua componente democrática, nomeadamente através da eleição directa pela população dos membros da Assembleia Metropolitana.

5º- Transportes e acessibilidades

- a) Restabelecer o funcionamento das linhas do Douro e do Tâmega, assegurando a modernização necessária ao êxito do serviço. Reactivar o transporte de passageiros na linha ferroviária de Leixões, efectivando a abertura de estações e apeadeiros projectados. Manter no distrito a manutenção e reparação de todo o material ferroviário. Considerar a construção da ferrovia de velocidade elevada entre Porto e Vigo (com ligação ao Aeroporto), para mercadorias e passageiros.
- b) Rejeitar a Privatização das empresas públicas de transportes, bem como ao processo de fusões em curso.
- c) Avanço da segunda fase do Metro do Porto, assegurando a ligação imediata à Trofa, bem como a linha entre Campanhã e Gondomar (Valbom), entre Santo Ovídio e Vila d'Este (em Vila Nova de Gaia), entre Matosinhos-Sul e a Estação de S. Bento e entre a Senhora da Hora e o Hospital de S. João (via S. Mamede de Infesta). Revisão do processo financiamento do Metro e regularização das transferências em atraso por parte do Governo.
- d) Melhorar e alargar da rede da STCP, dando resposta às necessidades das populações, defendendo as alterações legislativas adequadas, assegurando uma verdadeira intermodalidade que tenha em conta a realidade demográfica, a situação económica e social da população do distrito, a necessidade da discriminação positiva para idosos e estudantes e garantindo que não irá servir para aumentar ainda mais os preços.
- e) Defender o carácter público da ANA e a gestão pública do Aeroporto do Porto, integrada no sistema aeroportuário nacional.
- f) Defender a Autoridade Metropolitana de Transportes enquanto estrutura de articulação de transportes públicos na Área Metropolitana. Pugnar pelo financiamento adequado dos serviços públicos de transportes, impedindo que sejam canalizados para os utentes, por via do aumento dos preços, a factura pela redução das indemnizações compensatórias que tem sido promovida pelos Governos do PSD/CDS e do PS.
- g) No plano viário, construção integral dos vários itinerários complementares e variantes rodoviárias. Assumir como prioritário e estruturante para a região a construção do IC35 e da Variante à EN14.
- h) Revogar as portagens nas ex-SCUT enquanto estas vias estruturantes para o desenvolvimento regional continuarem sem alternativas viáveis. Impedir o alargamento da injustiça com a colocação de pórticos noutros troços de auto-estrada.
- i) Rejeitar a privatização do Porto de Leixões, seja de que forma for, defendendo uma gestão pública, integrada e nacional, capaz de responder às especificidades, necessidades e potencialidades da região, criando sinergias com as restantes infra-estruturas portuárias nacionais.

6º – Saúde

- a) Dotar o distrito, com equipamentos públicos de saúde e recursos humanos adequados que permitam a acessibilidade de todas as populações. Garantir a todos os utentes o seu médico e enfermeiro de família. Dotar os centros de saúde dos técnicos de saúde em falta (psicólogos, nutricionistas, assistentes sociais, fisioterapeutas e outros) assim como de Unidades de Cuidados na Comunidade.
- b) Desenvolver a rede qualificada de Cuidados Continuados garantindo a sua acessibilidade na área do domicílio familiar. Melhorar as respostas do Serviço Nacional de Saúde nas áreas da Saúde Oral, da Saúde Mental e dos Cuidados Paliativos, numa lógica de prioridade aos cuidados primários de Saúde, à prevenção e à profilaxia.
- c) Promover os investimentos que assegurem a modernização de instalações e dos equipamentos dos serviços de saúde e principalmente a dotação de recursos humanos qualificados e com condições de trabalho. Lutar pela rápida construção das instalações para o Centro Materno Infantil do Norte, bem como para o Hospital de Póvoa de Varzim e Vila do Conde e para o Hospital de Gaia, integrados no SNS.
- d) Impedir que a população do distrito continue a pagar cada ano que passa uma percentagem maior dos custos da saúde e que uma fatia cada vez maior desta despesa seja entregue aos grandes grupos privados, com crescentes restrições nos Hospitais do SNS que colocam em causa a qualidade e a capacidade de resposta.

7º – Educação e Ensino

- a) Combater a crescente elitização da educação, nomeadamente pelo combate ao encerramento de escolas por razões economicistas, a municipalização da educação e a precarização do trabalho docente. Requalificar o parque escolar, assegurando a todos o acesso ao sucesso educativo na Escola Pública, assente num modelo de gestão democrático.
- b) Criação de uma rede pública de berçários, creches e jardins de infância capaz de satisfazer as necessidades da população.
- c) Concretização urgente das obras de requalificação e melhoramentos previstas para as escolas do distrito e entretanto canceladas.
- d) Rejeitar o modelo de Fundação no Ensino Superior, defendendo o seu carácter público constitucional, pugnando pelo financiamento adequado da Universidade do Porto (UP) e do Instituto Politécnico do Porto (IPP), contrariando a prática dos sucessivos Governos que há anos promovem o seu subfinanciamento, desvirtuando o sistema público e impedindo-o assim de cumprir os seus objectivos.
- e) Aprofundar a relação da UP e do IPP com a região e os que nela trabalham, numa lógica de sinergia e valorização mútua, salvaguardando a autonomia e independência das instituições de Ensino Superior. Combater frontalmente qualquer subordinação destas instituições ao interesse dos privados e promover o acesso dos jovens formados ao mundo do trabalho em condições dignas e adequadas às suas habilitações.
- f) Alargar a rede de residências universitárias no distrito e combate à especulação em torno do aluguer de quartos e habitações sem quaisquer condições a estudantes.
- g) Defender a criação de cursos em regime pós-laboral na Universidade do Porto.

8º – Cultura, Desporto e Recreio

- a) Aproveitar plenamente os equipamentos culturais existentes, apoiar os programas que incentivem a renovação e o rejuvenescimento dos públicos, apoiar o ensino artístico e as iniciativas dos produtores e criadores culturais, bem como a actividade associativa, rejeitando e combatendo a crescente desresponsabilização do Estado e a proliferação das chamadas parcerias público-privadas.
- b) Defender a reactivação, no distrito, do Museu de Etnografia e Museu Nacional de Literatura, bem como da construção de bibliotecas na Trofa, Baião e Marco de Canaveses. Recuperar e promover o património arquitectónico e cultural da região.
- c) Recuperar e valorizar as instalações do Estádio Universitário e do campo do Inatel, dotando-os das condições necessárias para servirem a população estudantil e o movimento associativo e popular do distrito.

9º – Ambiente e desenvolvimento sustentado

- a) Defender o ambiente, a qualidade do ar e o tratamento dos resíduos.
- b) Promover a despoluição dos cursos de água e a garantia de uma total cobertura da rede pública de saneamento e de distribuição de água a preços justos.
- c) Defender a água como um bem público e combater a sua privatização e reivindicar o regresso ao sector público dos casos em que foi privatizada/concessionada.
- d) Exigir a retirada imediata dos resíduos perigosos depositados em São Pedro da Co-va, a requalificação ambiental e a monitorização da água daquela zona.
- e) Concretizar a classificação das áreas protegidas de âmbito nacional para as serras de Santa Justa, Pias, Castiçal, Banjas, e da Aboboreira. Defender o património natural e medidas efectivas de combate aos fogos florestais, com prioridade para a sua prevenção.
- f) Preservar a floresta e suas potencialidades, salvaguardando os Baldios.
- g) Denunciar e combater as tentativas de transformação de áreas de RAN (Reserva Agrícola Nacional) e REN (Reserva Ecológica Nacional) em terrenos urbanizáveis.
- h) Proceder à despoluição dos cursos de água, designadamente das bacias hidrográficas dos rios Douro, Ave, Leça e Tâmega. Proceder ao desetubamento do rio Tinto e à requalificação das suas margens.
- i) Erradicar os telhados com amianto nos edifícios públicos, prioritariamente nas escolas.

2. DESENVOLVIMENTO DA LUTA DOS TRABALHADORES

- 2.1 A gravíssima situação social que se vive no país e no distrito, em resultado da política de direita dos últimos 36 anos e agravada pelo Pacto de agressão assinado pelo anterior governo PS/Sócrates e apoiado pelo PSD e CDS, exige dos trabalhadores, dos jovens, dos reformados, dos desempregados e de todos os atingidos por esta política uma união de esforços tendo por objectivo lutar e rejeitar esse pacto de agressão ao povo e ao país.
- 2.2 O chamado “compromisso para o crescimento, a competitividade e o emprego” assinado na Concertação Social pela nova troika nacional – governo PSD/CDS, patronato e UGT – é o passo que há muito os patrões ansiavam para ajustar contas com os trabalhadores e os direitos por eles conquistados com o 25 de Abril.
 - 2.2.1 Este acordo insere-se na estratégia da direita e do patronato para “partirem a espinha à Intersindical”, fragilizando as relações laborais em favor do poder económico e financeiro, tendo em vista o aumento da exploração e o empobrecimento dos trabalhadores.
 - 2.2.2 Depois da precariedade, do boicote à contratação colectiva e da tentativa de ingerência na vida das organizações dos trabalhadores – através de imposições estatutárias e contabilísticas – este “acordo de agressão aos trabalhadores” prevê, entre outras malfetorias, o despedimento sem justa causa e a redução drástica das indemnizações, a redução do número de dias de férias e de feriados, a imposição do banco de horas e a redução do valor das horas extra, o fim do descanso compensatório e o abandono da contratação colectiva, substituindo-a pelo contrato individual de trabalho.
- 2.3 Independentemente do que for o resultado desta tentativa de retrocesso social e civilizacional, considerando todo o processo legislativo que lhe irá suceder, a situação exige medidas excepcionais de todo o movimento sindical unitário para o reforço da organização de base no maior número possível de empresas e locais de trabalho.
 - 2.3.1 A resposta dos trabalhadores contra esta que é a mais violenta ofensiva perpetrada contra os seus direitos e interesses, exigem que todos os sindicatos que compõem o movimento sindical unitário encarem a organização de base, a sindicalização e a eleição de delegados sindicais como a grande prioridade, definindo objectivos e tomando as medidas de direcção e quadros necessárias.
 - 2.3.2 Enfrentar e derrotar esta ofensiva exige que se alargue e intensifique a resistência e a luta dos trabalhadores a partir dos locais de trabalho, em defesa do emprego, pelo aumento dos salários, pelos direitos, designadamente o direito à contratação colectiva, à informação sindical e reunião nos locais de trabalho.

- 2.3.3 O momento particularmente grave que vivemos, exige que, decididamente, com o objectivo de reforçar, rejuvenescer e renovar, se avance na concretização das Conclusões do XII Congresso da CGTP-IN, designadamente que se avance com a acção sindical integrada, fazendo a articulação no maior número possível de empresas, serviços e locais de trabalho, do reforço da organização de base – sindicalização e eleição de delegados – e da acção reivindicativa por melhores salários e por trabalho com direitos.
- 2.3.4 O momento exige ainda que, ao nível de cada sindicato, se prossiga e aprofunda a reestruturação sindical, administrativa e financeira há muito iniciada.
- 2.3.4.1 Urge prosseguir as medidas definidas, avançando na modernização, simplificação e eficácia do apoio aos trabalhadores, partilhando espaços, multiplicando serviços comuns e promovendo todas as outras medidas que ajudem a libertar meios para a acção sindical e para a coesão, independência e autonomia de todo o movimento sindical unitário, que ajudem ao cumprimento, por todos, das obrigações estatutárias também no plano dos compromissos financeiros com todo o movimento sindical.
- 2.3.5 Estas prioridades devem merecer a atenção e empenho dos trabalhadores comunistas, nos seus locais de trabalho e nos sindicatos, mobilizando energias e disponibilidade revolucionária como a mais sólida garantia da manutenção e aprofundamento prático da natureza de classe da CGTP e das suas características e princípios programáticas, designadamente de independência face ao poder político e económico.
- 2.3.6 Só pelo reforço da estrutura de base a aprofundamento da relação solidária entre toda a estrutura sindical (Sindicatos, Uniões, Federações e Central) se poderá derrotar esta política de desastre nacional, de exploração e empobrecimento dos trabalhadores e ajudar a construir uma alternativa política patriótica e de esquerda.
- 2.4 A intervenção das **Comissões de Trabalhadores** nas empresas assume cada vez mais importância num quadro de retrocesso social preocupante e da brutal ofensiva contra os direitos e o emprego dos trabalhadores. A sua intervenção conjugada com o Movimento Sindical Unitário contribui para o reforço da organização, intervenção dos trabalhadores nas empresas. A acção e intervenção dos comunistas contribuirão para a exigência do cumprimento do controlo de gestão exercendo o seu papel de competências, para o reforço da unidade dos trabalhadores fortalecendo o esclarecimento, a unidade, a organização e luta dos trabalhadores.
- 2.5 Sendo o nosso distrito profundamente afectado pelo flagelo do desemprego, torna-se estratégica a afirmação do **MTD – Movimento dos Trabalhadores Desempregados**. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de um acompanhamento que envolva quer o MSU quer os quadros do Partido que passam pelo desemprego, promovendo e consolidando a organização deste movimento e sua dinamização, denunciando e discutindo as suas preocupações. É de extrema importância dinamizar esta frente de trabalho e eleger nova direcção no distrito, acompanhar e envolver nesta frente os desempregados. Fazer acções nos Centros de emprego, Juntas de Freguesia, junto dos trabalhadores desempregados tendo em vista mais envolvimento e organização destes. Os números do desemprego no distrito assim o exigem, é importante denunciar a existência de 130 mil trabalhadores desempregados sem qualquer prestação social, exigir apoios sociais, formação e qualificação profissional e emprego com direitos.

3. MOVIMENTO ASSOCIATIVO E POPULAR

- 3.1 O Movimento Associativo e Popular (MAP), enquanto expressão de acção de carácter cultural, recreativo, desportivo, de moradores, de defesa do património, entre outros, envolve no distrito milhares de dirigentes e dinamiza um vasto conjunto de acções que muitas das vezes substituem o próprio papel do estado e das autarquias.
- 3.2 Apesar do empenho dedicado de muitos dirigentes, um número significativo de associações e colectividades têm vindo a diminuir as actividades ou mesmo a encerrar. Esta situação difícil resulta das crescentes reduções dos apoios públicos, do encarecimento de bens e serviços indispensáveis, como por exemplo a electricidade, o gás, a água e os combustíveis, a redução de rendimentos dos trabalhadores e da população em geral, da desregulação do trabalho, do encarecimento dos custos associados às competições, da imposição de normas nas áreas fiscal e da utilização de espaços públicos. A redução da actividade associativa representa uma redução da participação popular organizada, com todas as consequências negativas daí resultantes.

- 3.3 Além da defesa de legislação e apoios adequados, cabe aos comunistas também um papel de estímulo directo ao MAP, no reforço da sua capacidade organizativa, na dinamização de actividades, no combate a rotinas e a dependências em relação aos poderes políticos e no aprofundamento do seu papel reivindicativo como um elemento de intervenção por uma vida melhor para as populações e no combate às políticas de direita.
- 3.4 A intervenção da ORP nesta área tem-se revelado insuficiente e as orientações de reforço da intervenção partidária decididas na anterior assembleia não tiveram correspondência prática. Importa reforçar a intervenção dos comunistas do Porto nesta frente, aprofundando o conhecimento do Partido, desenvolvendo uma intervenção regular e alicerçada em espaços de articulação do trabalho e de decisão de orientações. Para além da definição e concretização de uma linha de trabalho regional para esta frente, é fundamental que as organizações de base encarem o acompanhamento da vida associativa como uma componente importante das suas responsabilidades, ligando-se desta forma mais aos problemas concretos existentes e contribuindo para uma actuação viva e independente do MAP.
- 3.5 O **movimento estudantil e juvenil** tem assumido um papel determinante no esclarecimento, na mobilização e na dinamização da luta juvenil, apesar das sucessivas medidas governamentais para burocratizar e limitar a participação juvenil.
- 3.5.1 A DORP deve, na sua acção e análise política e social, ter presente a intervenção destes movimentos, sem prejuízo da actividade da JCP e do seu papel de dinamização da luta juvenil.

4. LUTA DOS UTENTES E DAS POPULAÇÕES

- 4.1 A manutenção e aprofundamento da atenção, ligação e dinamização da luta dos utentes e das populações é de essencial importância nos tempos que se seguem, uma vez que a presente situação política, económica e social, geradora de injustiças e descontentamentos, tem o potencial de levar a uma maior disponibilidade das massas para a luta. Por esse motivo, a aplicação de medidas nas organizações do Partido que visem reforçar o trabalho de ligação às populações e de dinamização da luta de massas, bem como de integração e acompanhamento de camaradas em estruturas de massas.
- 4.2 E se em muitas das organizações do Partido esta é uma prática comum na actividade partidária, no entanto, o conjunto de objectivos que foram assumidos na IX AORP para esta frente de trabalho, mantêm-se actuais.
- 4.2.1 Nesse sentido, destaca-se como prioridade de trabalho a definição em todos os concelhos e sectores das frentes e áreas de trabalho prioritárias e o responsável pelo trabalho do partido em cada frente.
- 4.2.2 Paralelamente devem ser preparados planos de trabalho e vistas as formas de os concretizar, tomando para tal as medidas de direcção e quadros correspondentes.
- 4.2.3 Sem prejuízo da análise da realidade em que intervém cada organização, os seus quadros e meios, define-se como prioridade a atenção do Partido à luta das populações contra o encerramento de serviços públicos e as privatizações de serviços e empresas públicas.

5. OUTROS MOVIMENTOS SOCIAIS

- 5.1 A defesa da democracia, o ampliar de vontades, disponibilidades de denúncia e acção contra o Pacto de Agressão, por um Portugal com futuro, o trabalho unitário – designadamente nos movimentos sociais – mais amplo e abrangente deve estar nas prioridades dos comunistas, na sua linha de acção, combatendo os ataques de hoje, não permitindo o branqueamento do fascismo nem o apagamento do papel do PCP e dos comunistas na resistência e construção da democracia.
- 5.1.1 Sendo a defesa e afirmação dos valores da democracia, da paz, da solidariedade, do progresso e do desenvolvimento transversais a diversos movimentos unitários, destaca-se a actividade da URAP – União de Resistentes e Antifascistas Portugueses, cujo núcleo do Porto tem dado passos no alargamento e na promoção de iniciativas, especialmente dirigidas às jovens gerações e à evocação de datas importantes na luta contra a ditadura fascista.
- 5.1.2 A valorização desta frente de trabalho e o empenho dos comunistas no reforço e rejuvenescimento do núcleo do Porto da URAP deve ser considerado pela próxima DORP.

- 5.2 A situação do sector agropecuário, marcada pelas dificuldades de comercialização dos produtos, elevados custos dos factores de produção e impostos, a que acrescem políticas nacionais e comunitárias que retiram apoios ao investimento e à produção, augura dificuldades para o sector agrícola, já de si débil, no distrito.
- 5.2.1 Neste contexto, a intervenção do **movimento camponês** tem um papel incontornável na defesa do mundo rural e da produção nacional.
- 5.2.2 Encontram-se no distrito uma quantidade significativa de organizações do sector associativo agrícola que, de forma geral, dependem excessivamente de fundos públicos para o seu funcionamento.
- 5.2.3 A APA (Associação de Agricultores do Porto), a MARP (Associação das Mulheres Agricultoras e Rurais Portuguesas) e a ACEB (Associação para a Cooperação Entre Baldios), mantêm actividade no distrito do Porto, prestando serviços aos seus associados e integrando a CNA, têm dinamizando a luta em defesa da agricultura familiar.
- 5.2.4 Outras associações, não filiadas na CNA, têm de igual forma intervido no distrito com uma postura reivindicativa, é o caso da APROLEP (Associação dos Produtores de Leite de Portugal) e da Horpozim (Associação dos Horticultores da Póvoa de Varzim). A situação das Cooperativas Agrícolas e Associações Florestais é diversa no que concerne à representatividade e sustentabilidade financeira, mas no que concerne à dinamização da luta, pouco há a assinalar.
- 5.2.5 Pela importância estratégica do sector agrícola, importa dar atenção ao trabalho do partido nesta frente, reforçando o movimento camponês.
- 5.3 A política de direita tem também eleito como seu alvo os **pequenos e médios comerciantes e industriais**, vítimas de opções que favorecem os grandes grupos económicos, do agravamento da carga fiscal, de custos proibitivos na energia, transportes e comunicações e das dificuldades de acesso ao crédito.
- 5.3.1 A CPPME – Confederação Portuguesa de micro, pequenos e médios empresários – é a única associação sem participação de grandes empresas ou grupos económicos. Tem cerca de 15 mil associados no país, tem expressão residual no distrito. No quadro do associativismo desta classe, deve-se privilegiar a participação e afirmação da CPPME.
- 5.3.2 São necessárias medidas de direcção que superem os estrangulamentos existentes no trabalho do Partido nesta frente, enquadrem os comunistas que são comerciantes ou industriais e organize a sua intervenção no plano partidário e unitário.
- 5.4 A intervenção do **movimento das mulheres** no seu conjunto deve ser considerada no quadro da ofensiva em curso que afecta particularmente o direito ao trabalho e ao salário, à maternidade como função social. Sendo muitas vezes feita com o argumento demagógico da “igualdade”, da “conciliação entre a vida profissional e familiar” e da “paridade”, os executantes da política de direita procuram condicionar as possibilidades do alargamento, convergência e unidade no movimento das mulheres com a luta geral dos trabalhadores e ocultar que a causa das desigualdades e dos retrocessos em curso residem na exploração desenfreada dos trabalhadores pelo capital.
- 5.4.1 É na organização e na luta desenvolvida pelo MSU que as mulheres (que representam cerca de 55% dos desempregados do distrito) dão corpo de uma forma mais combativa e consequente à luta pelos seus direitos.
- 5.4.2 O Movimento Democrático de Mulheres (MDM) tem confirmado as suas características de organização democrática, unitária e progressista, e resultado da dinamização de projectos virados para as mulheres trabalhadoras nas suas várias vertentes no distrito, evidencia uma dinâmica integradora na luta mais geral dos trabalhadores dando visibilidade aos problemas concretos das mulheres.
- 5.5 As **pessoas com deficiência ou incapacidade**, estão hoje confrontadas com os ataques aos seus direitos, face aos cortes do governo. Estes cortes, além de atingirem directamente as pessoas com deficiência ou incapacidade, atingem ainda as associações que lhes prestam apoio.
- 5.5.1 No distrito são já muitas as famílias a viverem situações dramáticas, seja pelos cortes dos apoios às associações, seja pelos cortes directos às famílias. Particular registo sobre os trabalhadores sinistrados do trabalho e doenças profissionais, cujo aumento

no distrito, é preocupante. As propostas legislativas de trabalho em curso a não serem travadas, contribuem para lançar no desemprego muitos trabalhadores sinistrados e/ou afectados por doenças profissionais.

- 5.6 É preciso continuar o trabalho do partido junto dos **reformados**, já foram dados passos importantes, mas muito ainda temos para fazer, é necessário reforçar as associações de reformados e a Inter Reformados.
- 5.6.1 Salienta-se a importância de destacar quadros que assumam a responsabilidade desta frente nas diversas organizações, bem como o enquadramento de camaradas que intervêm em organizações de massas de reformados.
- 5.7 A **luta pela Paz** assume maior relevo num contexto em que o recurso à guerra de agressão e ocupação tem sido o crescente por parte do imperialismo americano e seus aliados para satisfazer interesses económicos e estratégicos. Com as habituais justificações que oscilam entre as “intervenções humanitárias” e as “operações de estabilização” pilham recursos naturais e energéticos, semeiam a morte e a destruição, esmagam países e povos. Esta máquina da morte está em marcha e travá-la é uma necessidade da luta libertadora dos trabalhadores e dos povos. Nesta frente, definimos como objectivos imediatos:
 - 5.7.1 Uma maior convergência da luta da Paz com a luta dos trabalhadores e dos Povos.
 - 5.7.2 Uma maior unidade entre as organizações políticas, sociais e culturais da região na consolidação de plataformas comuns na luta pela Paz.
 - 5.7.3 O reforço da participação dos comunistas nas estruturas unitárias em defesa da Paz.

6. LIGAÇÃO ÀS MASSAS E ALARGAMENTO DO TRABALHO UNITÁRIO

- 6.1 A intensificação e alargamento da acção política, da ligação às massas e da influência do partido, são questões essenciais que se colocam a todas as organizações e militantes, precisam de ser concebidas de forma global e expressam-se segundo orientações e objectivos gerais em várias áreas de intervenção.
- 6.2 O actual quadro político, exige uma forte intervenção do partido, um conhecimento apurado dos problemas dos trabalhadores e das populações, dos conteúdos e consequências em concreto das políticas de classe que estão a ser desenvolvidas, uma intervenção junto dos trabalhadores e das populações, denunciando responsabilidades políticas, propondo soluções e alternativas, com conteúdos de esperança e possibilidade de ruptura e mudança.
- 6.3 Sendo assim, a DORP assume como objectivos:
 - 6.3.1 A definição no âmbito regional e de cada organização, tendo em conta as características e natureza de classe do partido, de objectivos e planos para a sua concretização e tomando medidas de quadros e de direcção correspondentes.
 - 6.3.2 Aprofundar o conhecimento da realidade, melhorar o trabalho institucional e de ligação as massas, desenvolvendo linhas insistentes de informação e propaganda, aumentando a visibilidade do partido e a iniciativa local e sectorial.
 - 6.3.3 Reforçar o reforço do trabalho unitário junto de sectores democráticos, pessoas, organizações, estruturas, difundindo as orientações, análises e propostas do partido, mas também ouvindo e construindo com elas, dando particular atenção aos que participaram e podem participar no quadro da CDU, não perdendo a perspectiva do reforço orgânico do partido no quadro do trabalho unitário. Um trabalho unitário com amplas possibilidades no contexto da agudização das condições sociais e de ataque aos serviços públicos, onde as disponibilidades e vontade de lutar devem ser potenciadas.
 - 6.3.4 Conceber o trabalho institucional em ligação ao trabalho de massas, alargando o prestígio do partido, permitindo e potenciando a participação dos trabalhadores e das populações.
- 6.4 O alargamento do prestígio e da influência do partido, o seu reforço orgânico, da sua capacidade de assumir a vanguarda da luta são condições que o país, os trabalhadores e o povo precisam para resistir e vencer. Que cada militante, cada organização, cada democrata tem um papel, na construção de um país e de um distrito com futuro.

7. TRABALHO INSTITUCIONAL

- 7.1 O reconhecimento público – até prestígio – atribuído aos eleitos do PCP, resulta da proximidade desses eleitos às populações, da sua intervenção na defesa das suas reivindicações, mas não se esgota por aí. O trabalho institucional dos eleitos comunistas é indissociável da vertente do esclarecimento das massas com vista a elevar a sua consciência social e política sobre as causas primeiras dos problemas que as atingem.
- 7.2 A continuação de um bom trabalho institucional, contribuirá para um conhecimento mais profundo dos problemas das populações, servirá para a dinamização da luta e para o reforço do prestígio do Partido.
- 7.3 Por esse motivo, a organização de jornadas, visitas, contactos institucionais e debates públicos, constituem elementos para o desenvolvimento do trabalho institucional, numa perspectiva de aprofundamento do conhecimento técnico dos problemas e de abertura e aproximação a outros sectores.
- 7.4 Aos diversos níveis da nossa intervenção institucional (Parlamento Europeu, Assembleia da República, Assembleia Metropolitana, Câmara e Assembleias Municipais, Juntas e Assembleias de Freguesia) urge alargar e intensificar um trabalho que, com base na discussão colectiva e sob direcção dos organismos do Partido, promova a presença regular dos nossos eleitos junto dos trabalhadores, das populações, das colectividades e das diversas organizações de massas. Um estilo de trabalho de proximidade com os problemas, de conhecimento das dificuldades, das propostas e das opiniões do povo, capaz de integrar esses contributos na análise e na proposta do Partido e na sua acção institucional.

8. PARTIDO – AVANTE POR UM PCP MAIS FORTE

- 8.1 Na IX Assembleia Regional do Porto, tendo em vista o reforço do Partido, foram definidas linhas de trabalho prioritárias com base na campanha de acção geral de fortalecimento do Partido «Avante! por um PCP mais forte» aprovada no XVIII Congresso.
- 8.2 Tendo em conta as actuais condições de luta contra o capitalismo, bem como a intensa acção em curso de ataque ao PCP, é imperativo aumentar o colectivo partidário, reforçar a sua organização, a sua natureza de classe e a sua intervenção junto das massas trabalhadoras.
- 8.3 O direccionar de forças para a organização do nosso Partido é uma prática profundamente ligada ao seu carácter revolucionário, pois aos avanços na organização do Partido correspondem avanços também na sua capacidade de intervenção política.
- 8.4 A campanha «Avante! por um PCP mais forte», quando aplicada à realidade da ORP, deve fundamentalmente ter em conta:
 - 8.4.1 **A actividade das organizações de base na intervenção e resposta à situação política actual**
 - a) O reforço da organização do Partido passa necessariamente pelo reforço da intervenção junto da classe operária e dos trabalhadores em geral e de outras camadas específicas (reformados, intelectuais, desempregados, jovens).
 - 8.4.2 **A responsabilização, acompanhamento e formação de quadros.**
 - a) Deve ser efectuado um levantamento de quadros, com vista à sua posterior responsabilização e atribuição de tarefas, tendo em conta perspectivas de rejuvenescimento e de inclusão no trabalho do Partido de operários e mulheres. Esta prioridade de trabalho deve ser levada a cabo, independentemente da realização de Assembleias de Organização.
 - b) O acompanhamento dos novos quadros responsabilizados deve ser feito regularmente, a partir da organização de base e do Secretariado da DORP.
 - c) A AORP estabelece como objectivo até à próxima Assembleia de Organização Regional a responsabilização de 200 novos quadros.
 - d) Intensificação da formação política e ideológica dos militantes. Esta deve ser, em primeiro lugar, uma tarefa da responsabilidade das organizações do Partido, que para o efeito devem tomar a iniciativa e efectuar o planeamento destas acções. O Secretariado da DORP, em articulação com as organizações envolvidas, irá pro-

mover acções de formação ideológica regionais e promover maior participação nos cursos da Escola do Partido.

8.4.3 **O reforço da organização e intervenção nas empresas e locais de trabalho.**

- a) As comissões concelhias devem definir responsáveis por sectores e empresas estratégicas, tomando medidas para criar estrutura do Partido e aumentar o número de militantes organizados nas empresas e locais de trabalho.

8.4.4 **A criação e dinamização das organizações de base.**

- a) Assumir a célula de empresa como a mais importante organização de base do Partido, na qual devem ser organizados prioritariamente os membros do Partido.
- b) Assegurar o funcionamento efectivo das organizações de base com reuniões regulares, estimulando o trabalho e a direcção colectiva assentes numa correcta e funcional distribuição de tarefas.
- c) Concretizar até ao final do primeiro semestre de 2012 o maior número possível de assembleias de organizações de base.
- d) Garantir a regularidade da realização de Assembleias de Organização anuais (nas organizações de base) ou de 2 em 2 anos nas organizações concelhias e sectoriais.

8.4.5 **A dinamização do trabalho de recrutamento**

- a) Em particular de jovens e operários, não descurando as grandes potencialidades existentes entre os candidatos da CDU sem filiação partidária e de dirigentes e activistas sindicais e de outros movimentos de massas.
- b) No âmbito da campanha nacional de recrutamento de 2000 novos militantes até Março de 2013, a AORP define como objectivo que a Organização Regional do Porto recrute 200 novos militantes. Para isso deve haver uma discussão colectiva regular sobre esta matéria, devendo ser elaboradas listas de abordagens, seguidas de controlo de execução desta tarefa e do trabalho de integração de novos membros na organização do Partido. Dar particular atenção ao recrutamento ligado ao desenvolvimento das lutas.

8.4.6 **Uma maior difusão da Imprensa do Partido**

- a) Através do aumento da venda orgânica do Avante! – apenas possível com uma discussão regular nos organismos, elaboração de listas de abordagem, controlo dos pagamentos, criação de brigadas de promoção de bancas – mantendo-se o objectivo das organizações assegurarem a difusão orgânica do Avante! em número não inferior ao equivalente a 20% dos efectivos partidários. Também o Militante, como importante elemento de formação política, ideológica e de organização partidária exige maior divulgação, pelo que se deve prosseguir o esforço no aumento das assinaturas.

8.4.7 **O reforço da capacidade financeira do Partido.**

- a) Considerar a recolha de fundos uma tarefa política central de todos os membros do Partido.
- b) É fundamental assegurarmos para o Partido os meios materiais próprios para a sua intervenção política, condição indispensável à manutenção da sua independência política e ideológica. Para isso devemos trabalhar no aumento da quotização, das contribuições de militantes, simpatizantes e dos eleitos, bem como das receitas nas iniciativas de angariação de fundos.

9. PARTIDO – DIRECÇÃO E QUADROS

- 9.1 A **DORP** é o organismo que dirige o trabalho do Partido no distrito do Porto, no quadro da orientação geral do Partido e a resolução aprovada pela X AORP.

- 9.1.1 O seu mandato deve ter uma duração de referência de 3 anos.

- 9.1.2 São suas responsabilidades a discussão sobre os principais problemas da região, a definição das propostas e aprovação das linhas de intervenção e reforço da organização do Partido no distrito. A DORP aprova ainda o orçamento e o plano de trabalho

anual. Deve ter a preocupação de assegurar a participação e intervenção dos seus membros, estimular a acção e iniciativa das organizações e dos militantes.

- 9.1.3 A DORP a eleger deve ter uma composição não superior à actual, que assegure o rejuvenescimento e a participação de mulheres, uma composição geográfica e sectorialmente abrangente – que garanta entre os seus membros a ligação às diversas organizações e sectores de actividade, quadros do movimento sindical e outros movimentos de massas – e o reforço da presença de operários e empregados, reflectindo a natureza de classe do Partido. Caso as necessidades de trabalho o justifiquem, durante o mandato poderá proceder a cooptações até um limite de 10% da sua composição.
- 9.1.4 A DORP elegerá de entre os seus membros um Executivo – não superior a um terço dos seus membros – e um Secretariado – não superior a 15% dos seus membros. Deverá ainda criar as Comissões e Grupos de trabalho necessárias ao apoio da sua actividade, considerando-se prioritária a criação de colectivos para as frentes e áreas de organização, fundos, coordenação da organização e intervenção nas empresas e locais de trabalho, trabalho sindical, festa do Avante, desenvolvimento regional, trabalho autárquico, movimento associativo e colectividades, questões sociais, PME's, movimentos das mulheres, lutas dos utentes e das populações, paz e desenvolvimento regional, deficientes.
- 9.2 São competências do **Executivo** o acompanhamento da evolução da situação política, social e económica da região e do reforço da organização do Partido, bem como assegurar a resposta política diária da DORP, no quadro das orientações por si definidas e das decisões do Congresso e dos Organismos de direcção Central do Partido.
- 9.2.1 O Executivo distribuirá por entre os seus membros a ligação a todas as organizações concelhias e sectoriais, bem como às frentes de trabalho consideradas prioritárias.
- 9.3 O **Secretariado** tem competências de acompanhamento e formação de quadros, a organização partidária, a área administrativa e financeira, o património, o arquivo regional e a representação da DORP. O secretariado assume ainda como funções o acompanhamento às organizações concelhias e sectoriais no âmbito das suas competências.
- 9.4 O trabalho de organização do Partido nas **empresas, sectores de actividade e locais de trabalho** deve ser desenvolvido no sentido de evoluir na estruturação de células por sector de actividade, sem que esta evolução ponha em causa o funcionamento da célula enquanto “a mais importante organização de base do Partido”. Esta estruturação deve ser equacionada para além do âmbito dos sectores profissionais da ORP e ser articulada ao nível da coordenadora regional de sectores e empresas.
- 9.5 A organização do trabalho do Partido no interior do distrito, no quadro da **Direcção Sub-Regional do Vale do Sousa e Baixo Tâmega**, justifica um reforço da atenção e meios no sentido da estruturação da organização partidária (agrupamento de freguesias e sectores de actividade de âmbito pluriconcelhio) e responsabilização crescente de quadros que diminuam a dependência dos quadros funcionários e assegurem maior regularidade no funcionamento do Partido.
- 9.6 Face ao desenvolvimento da situação e à crescente “proletarização” das profissões intelectuais, o trabalho de organização dos comunistas que são **intelectuais e quadros técnicos e científicos** requer atenção e acompanhamento, priorizando a organização destes camaradas no Sector Intelectual e promovendo a dinamização de subsectores de actividade que respondam às necessidades de intervenção do Partido e de enquadramento orgânico dos diversos camaradas.
- 9.7 A coesão política e ideológica do Partido deverá ser objectivo da DORP, criando para tal os espaços de discussão política e formação ideológica em articulação com as dinâmicas de trabalho das organizações e da direcção central do Partido.

10. INFORMAÇÃO E PROPAGANDA

- 10.1 Face à necessidade de uma resposta permanente a todas e cada uma das medidas do Pacto de Agressão e da política de direita, numa perspectiva de denúncia e simultaneamente de afirmação de políticas alternativas e de uma ruptura patriótica e de esquerda, enquadradas num projecto de Democracia Avançada, rumo ao Socialismo, o trabalho de informação e propaganda assume particular relevo. Daí, considerar-se necessário:

- 10.1.1 Assumir o trabalho de informação e propaganda como tarefa de todo o Partido, privilegiando o contacto individual, o esclarecimento e a mobilização dos trabalhadores e da população pela rejeição do Pacto de Agressão, por uma política patriótica e de esquerda.
- 10.1.2 Proceder a uma avaliação geral das **estruturas e dos meios de propaganda** existentes, das experiências dos últimos anos (designadamente meios electrónicos, presença de rua, participação da DORP e das organizações nas campanhas nacionais e regionais, processos eleitorais), tomando ao mesmo tempo medidas de reforço efectivo deste trabalho por via da responsabilização de quadros, da afectação de meios, da capacidade de resposta e iniciativa a todos os níveis.
- 10.1.3 Proceder a esta discussão e simultaneamente à tomada de medidas, considerando a propaganda como uma tarefa para a responsabilização e integração de novos recrutamentos.
- 10.1.4 Reforçar o trabalho nas **tecnologias de informação**, designadamente a página da Internet da ORP e a produção de informação regular via electrónica.
- 10.1.5 Avançar no sentido da uniformização e do acompanhamento da presença do Partido na Internet, assegurando a direcção política colectiva das páginas existentes. Privilegiar a centralização de informação a partir da página da ORP.
- 10.2 Dinamizar a discussão, definir objectivos para o alargamento da estrutura de **difusão do Avante! e de O Militante**, estimulando também a sua leitura e estudo.

1.1 O PARTIDO E A JUVENTUDE

- 11.1 A exigente situação política e social e a necessidade de rejuvenescer e reforçar a organização partidária implicam uma maior atenção do Partido à Juventude.
- 11.2 No âmbito da acção e reforço da organização do Partido importa continuar com a responsabilização de quadros jovens para organismos partidários aos vários níveis de responsabilidade.
- 11.3 O desenvolvimento do trabalho da JCP contribui para a formação de quadros jovens e para o rejuvenescimento do Partido. Contudo, para o alargamento da influência e organização do Partido junto da Juventude. Na ORP deverão ser desenvolvidas linhas próprias de intervenção nesta frente em articulação com a Direcção da JCP.
- 11.4 O relacionamento entre o PCP e a JCP desenvolve-se no quadro dos Estatutos do PCP e dos Princípios Orgânicos da JCP, tendo expressões muito diversificadas aos vários níveis, baseando-se no respeito pela autonomia e capacidade de decisão e acção próprias da JCP, numa perspectiva de articulação e cooperação no desenvolvimento do trabalho.
- 11.5 A experiência comprova que a JCP desempenha um papel insubstituível de ligação do Partido à juventude portuguesa.
- 11.6 A crise do Capitalismo confirma a actualidade do ideal comunista e potencia o reforço do PCP e da JCP enquanto organizações nas quais os jovens encontram um espaço de intervenção, combate às injustiças e luta pela transformação da sociedade.

12. FESTA DO AVANTE

- 12.1 A Festa do Avante, a maior realização política e cultural que se realiza em Portugal, deve continuar a merecer um grande envolvimento das organizações do Partido e da DORP.
- 12.2 Considera-se importante assumir como linhas de trabalho em relação à Festa do Avante:
 - 12.2.1 Desenvolver um trabalho de preparação ao longo de todo o ano e não apenas nos meses anteriores a Setembro;
 - 12.2.2 Prosseguir com o alargamento e rejuvenescimento do núcleo de camaradas que asseguram as diversas tarefas;
 - 12.2.3 Adequar a dimensão e disposição do espaço assim como as ofertas gastronómicas e artesanais às novas exigências;
 - 12.2.4 Melhorar os aspectos de decoração e de exposição política no espaço regional;
 - 12.2.5 Reforçar as medidas para alargar a mobilização e a venda antecipada da EP.

- 12.2.6 Continuar o esforço para melhorar a nossa participação na Festa do Avante e, também, de rigor nas despesas.

13. PATRIMÓNIO E MEIOS FINANCEIROS

- 13.1 Vivemos tempos muito difíceis em que os trabalhadores e o povo são alvos privilegiados da fúria saciadora do grande capital e das Troikas que estão a conduzir Portugal à ruína e à miséria. Só com a luta dos trabalhadores e de outras camadas populares é possível derrotar o pacto de agressão e colocar Portugal e os portugueses na rota de um futuro melhor. Para isso, é necessário, redobrar esforços para aumentar a capacidade financeira do Partido para poder intervir mais e melhor na luta.
- 13.2 É perante este quadro difícil, mas simultaneamente motivador, que precisamos melhorar, cada vez mais, o nosso trabalho de fundos de forma a elevar a um novo patamar as receitas próprias do Partido no Porto.
- 13.3 Nesse sentido, e com o objectivo do aumento das receitas e prosseguimento da linha de rigor nas despesas apontam-se as seguintes linhas de orientação até à próxima Assembleia:
- 13.3.1 Dar prioridade ao aumento do número de camaradas a pagar quotas, principal meio para a subida da receita.
- 13.3.2 A concretização deste objectivo implica a adopção de medidas em todas as organizações que passam pelo reforço das estruturas de fundos, por vencer obstáculos relativos ao Desconto Bancário e Pagamento Multibanco, pela organização de Brigadas Especiais, que de forma ágil e periódica contactem os membros do Partido com quotas em atraso, pela definição de objectivos a atingir em cada organização e o controlo de execução dos mesmos.
- 13.3.3 É igualmente, necessário, continuar a persistir na luta pela dignificação da quota, trabalhando para a sua actualização, tendo como referência 1% do salário ou pensão.
- 13.3.4 Continuar a discussão junto dos Eleitos Locais no sentido do cumprimento dos Estatutos do Partido relativamente ao compromisso de não serem beneficiados ou prejudicados enquanto estão a exercer cargos públicos.
- 13.3.5 Aprofundar a discussão, sem qualquer equívoco, em todas as organizações, sobre a participação nas Mesas de Voto e a entrega ao Partido das respectivas senhas.
- 13.3.6 Imprimir uma nova dinâmica, tendo como objectivo inverter alguma tendência negativa às principais iniciativas de Fundos: Verão, Natal e Dia de Salário.
- 13.3.7 Multiplicar as iniciativas geradoras de Fundos em todas as organizações.
- 13.3.8 Retomar linha de abordagens de contribuições especiais em toda a ORP.
- 13.3.9 Rentabilizar os centros de trabalho, tornando-os também, espaços geradores de receita.
- 13.3.10 Lançar iniciativa de fundos em torno da reabertura do novo centro de trabalho de Barrão de S. Cosme/Porto.
- 13.3.11 Prosseguir o esforço para o investimento equilibrado de equipamentos.
- 13.3.12 Aumentar o controlo das Bancas e Bares.
- 13.3.13 Dotar os orçamentos das organizações de verbas para a manutenção dos centros de trabalho.
- 13.3.14 Concretizar a amortização relativa às obras do centro de trabalho de Vila do Conde.
- 13.3.15 Prosseguir o esforço, em articulação com a direcção do Partido e as comissões concelhias, para a resolução de questões em curso relativas a Centros de Trabalho e outro Património do PCP.
- 13.3.16 Continuar a melhorar a prestação regular de contas.
- 13.3.17 Prosseguir a realização do Convívio Anual dos camaradas com tarefas de fundos e da imprensa do Partido. É fundamental reforçar laços de camaradagem e renovar esforços para conquistar novos camaradas para estas tarefas tão exigentes como importantes para a actividade do Partido.

NOTA FINAL

Ao aprovarmos este documento na 10ª Assembleia da Organização Regional do Porto do PCP assumimos com os trabalhadores e o povo do distrito um vasto conjunto de compromissos que incorporam soluções para os problemas existentes e medidas para o reforço partidário. Estas orientações permitem-nos enfrentar com confiança os exigentes desafios que temos pela frente.

Com a nossa luta garantiremos que não vencerão aqueles que querem destruir Abril, a liberdade e a democracia, a soberania nacional. Com a nossa luta garantiremos que não vencerão aqueles que querem um Portugal amarrado, dependente, improdutivo e empobrecido. Esses, as forças do grande capital e os partidos que os servem, tentam mas não vencerão. Vencerá a classe operária e os trabalhadores, as populações, aqueles que trabalham, resistem e lutam por uma vida melhor. E com estes, apontamos a Democracia e o Socialismo – os valores de Abril no futuro de Portugal.

ANEXOS

BENEFICIÁRIOS DE SUBSÍDIOS DE DESEMPREGO VS DESEMPREGADOS (2009/2011)

UNIDADE GEOGRÁFICA	2009				2011			
	TOTAL DESEMP	COM SUB. DESEMP.	DESEMP. SEM SUBS.	% DESEMP SEM SUBS.	TOTAL DESEMP	COM SUB. DESEMP.	DESEMP. SEM SUBS.	% DESEMP SEM SUBS.
Portugal	524 674	360 173	164 501	31,4%	605 134	316 100	289 034	47,8%
Norte	228 494	130 209	98 285	43,0%	254 514	115 479	139 035	54,6%
Distrito do Porto	124 693	79 982	44 711	35,9%	137 958	71 283	66 675	48,3%

Fonte: IEFP, Segurança Social

BENEFICIÁRIOS DOS SUBSÍDIOS DE DESEMPREGO (2008/2010)

UNIDADE GEOGRÁFICA	2008			2010			VARIAÇÃO 2010/2008		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
Portugal	454 518	200 347	254 171	582 607	284 432	298 175	28,2%	42,0%	17,3%
Norte	179 154	79 099	100 055	227 691	107 900	119 791	27,1%	36,4%	19,7%
Distrito do Porto	97 682	44 235	53 447	122 809	59 817	62 992	25,7%	35,2%	17,9%
Amarante	2394	1054	1340	2807	1364	1443	17,3%	29,4%	7,7%
Baião	916	366	550	1077	524	553	17,6%	43,2%	0,5%
Felgueiras	3381	1435	1946	3413	1550	1863	0,9%	8,0%	-4,3%
Gondomar	9754	4644	5110	11 676	5894	5782	19,7%	26,9%	13,2%
Lousada	1986	844	1142	3200	1371	1829	61,1%	62,4%	60,2%
Maia	7242	3116	4126	9004	4193	4811	24,3%	34,6%	16,6%
Marco Canaveses	2529	1027	1502	3590	1848	1742	42,0%	79,9%	16,0%
Matosinhos	9302	4706	4596	11 317	6051	5266	21,7%	28,6%	14,6%
Paços de Ferreira	2405	1163	1242	3772	1862	1910	56,8%	60,1%	53,8%
Paredes	3725	1655	2070	5568	2638	2930	49,5%	59,4%	41,5%
Penafiel	2560	1138	1422	3853	2018	1835	50,5%	77,3%	29,0%
Porto	11 475	5772	5703	12 929	6849	6080	12,7%	18,7%	6,6%
Póvoa de Varzim	3337	1598	1739	4356	2060	2296	30,5%	28,9%	32,0%
Santo Tirso	5359	2411	2948	6578	2951	3627	22,7%	22,4%	23,0%
Trofa	2557	914	1643	3476	1448	2028	35,9%	58,4%	23,4%
Valongo	5803	2449	3354	7053	3287	3766	21,5%	34,2%	12,3%
Vila do Conde	4694	1899	2795	6296	2783	3513	34,1%	46,6%	25,7%
Vila Nova de Gaia	18 263	8044	10 219	22 844	11 126	11 718	25,1%	38,3%	14,7%

Fonte: IEFP, Segurança Social

EMPRESAS, ESCALÃO SEGUNDO O PESSOAL AO SERVIÇO

UNIDADE GEOGRÁFICA	2009						2007					
	TOTAL	0 - 249				250 OU MAIS	TOTAL	0 - 249				250 OU MAIS
		TOTAL	< 10	10 - 49	50 - 249			TOTAL	< 10	10 - 49	50 - 249	
Portugal	1 060 906	1 060 018	1 014 103	40 135	5780	888	1 101 681	1 100 762	1 051 195	43 443	6124	919
Norte	342 044	341 807	324 079	15 526	2202	237	356 739	356 478	337 270	16 837	2371	261
Distrito do Porto	177 754	177 615	168 319	8100	1196	139	185 817	185 666	175 505	8863	1298	151
Amarante	4367	4364	4073	257	34	3	4460	4457	4145	279	33	3
Baião	1094	1094	1024	62	8	0	1173	1173	1076	81	16	0
Felgueiras	4809	4806	4340	372	94	3	5191	5189	4704	387	98	2
Gondomar	14 211	14 210	13 757	407	46	1	15 191	15 189	14 706	440	43	2
Lousada	3468	3467	3145	280	42	1	3749	3746	3403	280	63	3
Maia	14 523	14 499	13 688	688	123	24	14 792	14 770	13 884	758	128	22
Marco de Canav	3419	3418	3045	318	55	1	3573	3572	3155	348	69	1
Matosinhos	18 764	18 741	17 916	721	104	23	19 773	19 743	18 891	732	120	30
Paços de Ferreira	4783	4780	4379	361	40	3	5367	5366	4902	412	52	1
Paredes	6881	6880	6434	390	56	1	7432	7430	6918	468	44	2
Penafiel	5137	5133	4732	336	65	4	5271	5267	4832	368	67	4
Porto	36 127	36 094	34 547	1345	202	33	37 422	37 389	35 677	1507	205	33
Póv. de Varzim	6100	6095	5752	315	28	5	6475	6471	6102	336	33	4
Santo Tirso	5761	5756	5375	326	55	5	6124	6117	5671	381	65	7
Trofa	3747	3743	3479	233	31	4	3841	3838	3550	255	33	3
Valongo	8641	8638	8314	291	33	3	8993	8987	8631	325	31	6
Vila do Conde	6978	6975	6516	406	53	3	7201	7197	6710	427	60	4
Vila N. de Gaia	28 944	28 922	27 803	992	127	22	29 789	29 765	28 548	1079	138	24

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Região Norte 2008 e 2010

NÚMERO DE EMPRESAS COMÉRCIO POR GROSSO E A RETALHO, REPARAÇÃO VEÍCULOS AUTOMÓVEIS DISTRITO DO PORTO

UNIDADE GEOGRÁFICA	2008	2009	VAR. ABSOL.	VAR. REL.
Portugal	266 231	250 552	-15 679	-5,9%
Norte	93 432	87 474	-5958	-6,4%
Distrito do Porto	46 744	43 566	-3178	-6,8%
Amarante	1256	1165	-91	-7,2%
Baião	335	314	-21	-6,3%
Felgueiras	1568	1469	-99	-6,3%
Gondomar	3850	3560	-290	-7,5%
Lousada	1116	1023	-93	-8,3%
Maia	3273	3112	-161	-4,9%
Marco de Canaveses	1032	951	-81	-7,8%
Matosinhos	4301	4010	-291	-6,8%
Paços de Ferreira	1570	1402	-168	-10,7%
Paredes	2306	2106	-200	-8,7%
Penafiel	1520	1454	-66	-4,3%
Porto	8636	8110	-526	-6,1%
Póvoa de Varzim	1882	1725	-157	-8,3%
Santo Tirso	1772	1630	-142	-8,0%
Trofa	1188	1125	-63	-5,3%
Valongo	2410	2239	-171	-7,1%
Vila do Conde	1982	1872	-110	-5,5%
Vila Nova de Gaia	6747	6299	-448	-6,6%

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Região Norte 2009 e 2010

Sistemas Contas Integradas das Empresas

NÚMERO DE EMPRESAS CONSTRUÇÃO DISTRITO DO PORTO

UNIDADE GEOGRÁFICA	2008	2009	VAR. ABS.	VAR. REL.
Portugal	117 027	107 536	-9491	-8,1%
Norte	35 723	32 953	-2770	-7,8%
Distrito do Porto	14 891	13 804	-1087	-7,3%
Amarante	808	745	-63	-7,8%
Baião	251	231	-20	-8,0%
Felgueiras	552	499	-53	-9,6%
Gondomar	1053	978	-75	-7,1%
Lousada	572	522	-50	-8,7%
Maia	1186	1107	-79	-6,7%
Marco de Canaveses	677	635	-42	-6,2%
Matosinhos	1107	1025	-82	-7,4%
Paços de Ferreira	390	328	-62	-15,9%
Paredes	645	576	-69	-10,7%
Penafiel	850	832	-18	-2,1%
Porto	1267	1223	-44	-3,5%
Póvoa de Varzim	685	638	-47	-6,9%
Santo Tirso	507	461	-46	-9,1%
Trofa	405	362	-43	-10,6%
Valongo	781	725	-56	-7,2%
Vila do Conde	806	746	-60	-7,4%
Vila Nova de Gaia	2349	2171	-178	-7,6%

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Região Norte 2009 e 2010

Sistemas Contas Integradas das Empresas

NÚMERO DE EMPRESAS IND. FABRICAÇÃO DE TÊXTEIS DISTRITO DO PORTO

UNIDADE GEOGRÁFICA	2008	2009	VAR. ABS.	VAR. REL.
Portugal	3897	3620	-277	-7,1%
Norte	2802	2583	-219	-7,8%
Distrito do Porto	1019	907	-112	-11,0%
Amarante	38	33	-5	-13,2%
Baião	2	4	2	100,0%
Felgueiras	82	70	-12	-14,6%
Gondomar	40	33	-7	-17,5%
Lousada	72	69	-3	-4,2%
Maia	62	54	-8	-12,9%
Marco de Canaveses	41	38	-3	-7,3%
Matosinhos	51	48	-3	-5,9%
Paços de Ferreira	61	52	-9	-14,8%
Paredes	30	30	0	0,0%
Penafiel	24	20	-4	-16,7%
Porto	58	47	-11	-19,0%
Póvoa de Varzim	38	28	-10	-26,3%
Santo Tirso	205	182	-23	-11,2%
Trofa	57	49	-8	-14,0%
Valongo	33	31	-2	-6,1%
Vila do Conde	30	30	0	0,0%
Vila Nova de Gaia	95	89	-6	-6,3%

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Região Norte 2009 e 2010

Sistemas Contas Integradas das Empresas

NÚMERO DE EMPRESAS INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO DISTRITO DO PORTO

UNIDADE GEOGRÁFICA	2008	2009	VAR. ABSOL.	VAR. REL.
Portugal	11 290	10 050	-1240	-11,0%
Norte	8734	7670	-1064	-12,2%
Distrito do Porto	3063	2698	-365	-11,9%
Amarante	54	55	1	1,9%
Baião	17	14	-3	-17,6%
Felgueiras	49	38	-11	-22,4%
Gondomar	211	189	-22	-10,4%
Lousada	214	192	-22	-10,3%
Maia	151	128	-23	-15,2%
Marco de Canaveses	121	112	-9	-7,4%
Matosinhos	178	135	-43	-24,2%
Paços de Ferreira	179	170	-9	-5,0%
Paredes	133	121	-12	-9,0%
Penafiel	174	159	-15	-8,6%
Porto	224	205	-19	-8,5%
Póvoa de Varzim	205	186	-19	-9,3%
Santo Tirso	438	390	-48	-11,0%
Trofa	214	182	-32	-15,0%
Valongo	158	121	-37	-23,4%
Vila do Conde	149	131	-18	-12,1%
Vila Nova de Gaia	194	170	-24	-12,4%

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Região Norte 2009 e 2010

Sistemas Contas Integradas das Empresas

NÚMERO DE EMPRESAS IND. TRANSFORMADORA DISTRITO DO PORTO

UNIDADE GEOGRÁFICA	2008	2009	VAR. ABS.	VAR. REL.
Portugal	79 589	74 234	-5355	-6,7%
Norte	37 872	34 888	-2984	-7,9%
Distrito do Porto	17 414	15 874	-1540	-8,8%
Amarante	398	379	-19	-4,8%
Baião	75	75	0	0,0%
Felgueiras	1168	1090	-78	-6,7%
Gondomar	1822	1617	-205	-11,3%
Lousada	667	604	-63	-9,4%
Maia	1061	1008	-53	-5,0%
Marco de Canaveses	376	352	-24	-6,4%
Matosinhos	990	898	-92	-9,3%
Paços de Ferreira	1470	1258	-212	-14,4%
Paredes	1544	1369	-175	-11,3%
Penafiel	502	469	-33	-6,6%
Porto	1408	1297	-111	-7,9%
Póvoa de Varzim	515	455	-60	-11,7%
Santo Tirso	1018	918	-100	-9,8%
Trofa	668	613	-55	-8,2%
Valongo	878	803	-75	-8,5%
Vila do Conde	625	597	-28	-4,5%
Vila Nova de Gaia	2229	2072	-157	-7,0%

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Região Norte 2009 e 2010

Sistemas Contas Integradas das Empresas

**NÚMERO DE EMPRESAS INDÚSTRIA METALÚRGICA DE BASE
E FABRICO PRODUTOS METÁLICOS DISTRITO DO PORTO**

UNIDADE GEOGRÁFICA	2008	2009	VAR. ABS.	VAR. REL.
Portugal	14 990	13 981	-1009	-6,7%
Norte	5250	4934	-316	-6,0%
Distrito do Porto	2246	2099	-147	-6,5%
Amarante	61	54	- 7	-11,5%
Baião	12	13	1	8,3%
Felgueiras	96	90	- 6	-6,3%
Gondomar	225	196	- 29	-12,9%
Lousada	57	50	- 7	-12,3%
Maia	208	212	4	1,9%
Marco de Canaveses	51	46	- 5	-9,8%
Matosinhos	163	151	- 12	-7,4%
Paços de Ferreira	82	74	- 8	-9,8%
Paredes	83	76	- 7	-8,4%
Penafiel	61	57	- 4	-6,6%
Porto	140	131	- 9	-6,4%
Póvoa de Varzim	61	57	- 4	-6,6%
Santo Tirso	92	85	- 7	-7,6%
Trofa	135	129	- 6	-4,4%
Valongo	162	152	- 10	-6,2%
Vila do Conde	104	107	3	2,9%
Vila Nova de Gaia	453	419	- 34	-7,5%

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Região Norte 2009 e 2010

Sistemas Contas Integradas das Empresas

GANHO MÉDIO MENSAL DOS TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM (2007/2009)

Unidade: €

UNIDADE GEOGRÁFICA	2007			2009			Variação (2009/2007)		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Portugal	963,28	1 065,97	827,65	1 034,19	1 138,85	899,30	7,4%	6,8%	8,7%
Norte	832,61	914,50	722,60	901,37	982,78	791,61	8,3%	7,5%	9,6%
Distrito do Porto (média)	786,20	854,89	685,52	848,40	914,76	752,88	7,9%	7,0%	9,8%
Amarante	722,18	747,35	673,16	788,3	816,3	731,9	9,2%	9,2%	8,7%
Baião	662,59	699,39	582,04	694,9	707,7	669,4	4,9%	1,2%	15,0%
Felgueiras	618,96	672,20	558,36	673,1	724,8	612,6	8,7%	7,8%	9,7%
Gondomar	766,81	817,75	688,71	817,0	864,3	746,5	6,5%	5,7%	8,4%
Lousada	603,50	656,28	551,32	676,4	749,9	603,1	12,1%	14,3%	9,4%
Maia	990,50	1 095,20	815,64	1 071,6	1 174,2	889,9	8,2%	7,2%	9,1%
Marco de Canaveses	664,20	693,25	588,49	739,6	782,4	645,1	11,4%	12,9%	9,6%
Matosinhos	1 066,39	1 180,32	888,89	1 096,3	1 225,4	919,3	2,8%	3,8%	3,4%
Paços de Ferreira	598,38	628,17	555,94	658,4	690,8	618,8	10,0%	10,0%	11,3%
Paredes	670,90	692,58	630,41	745,4	764,0	711,7	11,1%	10,3%	12,9%
Penafiel	729,26	801,23	634,65	801,5	872,5	711,3	9,9%	8,9%	12,1%
Porto	1 145,35	1 288,63	984,36	1 217,3	1 341,9	1 071,3	6,3%	4,1%	8,8%
Póvoa de Varzim	755,84	851,33	638,72	854,3	962,2	723,3	13,0%	13,0%	13,2%
Santo Tirso	720,68	804,39	632,15	773,3	847,0	694,3	7,3%	5,3%	9,8%
Trofa	862,93	944,74	721,26	910,9	977,8	790,2	5,6%	3,5%	9,6%
Valongo	849,96	935,51	710,26	865,7	931,5	763,0	1,9%	-0,4%	7,4%
Vila do Conde	832,85	915,55	706,62	893,9	965,7	771,6	7,3%	5,5%	9,2%
Vila Nova de Gaia	890,24	964,08	778,32	993,3	1 067,3	878,5	11,6%	10,7%	12,9%

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte

PODER DE COMPRA CONCELHO PER CAPITA (2009)

UNIDADE GEOGRÁFICA	%
Portugal	100,00
Norte	87,64
Amarante	63,53
Baião	51,51
Felgueiras	66,96
Gondomar	81,66
Lousada	64,04
Maia	119,14
Marco de Canaveses	63,23
Matosinhos	130,57
Paços de Ferreira	70,56
Paredes	69,28
Penafiel	69,96
Porto	178,77
Póvoa de Varzim	89,05
Santo Tirso	80,41
Trofa	79,46
Valongo	86,79
Vila do Conde	94,66
Vila Nova de Gaia	101,04

Fonte: INE, Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio 2009, ed. 2011

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO (2007/2008 E 2009/2010)

UNIDADE GEOGRÁFICA	2007/2008									2009/2010								
	PRÉ-ESCOLAR			ENSINO BÁSICO			ENSINO SECUNDÁRIO			PRÉ-ESCOLAR			ENSINO BÁSICO			ENSINO SECUNDÁRIO		
	TOTAL	PÚB.	PRIV.	TOTAL	PÚB.	PRIV.	TOTAL	PÚB.	PRIV.	TOTAL	PÚB.	PRIV.	TOTAL	PÚB.	PRIV.	TOTAL	PÚB.	PRIV.
Portugal	6847	4675	2172	8995	7883	1112	954	573	381	6979	4525	2454	8406	7241	1165	937	569	368
Norte	2526	1918	608	3158	2826	332	321	183	138	2549	1822	727	3016	2670	346	323	185	138
Distrito Porto	1009	696	313	1319	1121	198	137	68	69	1075	688	387	1296	1093	203	145	76	69
Amarante	41	37	4	66	60	6	4	1	3	41	36	5	59	53	6	4	1	3
Baião	17	12	5	36	36	0	1	1	0	18	12	6	32	32	0	1	1	0
Felgueiras	37	31	6	55	52	3	3	2	1	42	30	12	53	50	3	5	4	1
Gondomar	62	46	16	99	90	9	7	4	3	68	46	22	94	85	9	7	4	3
Lousada	36	32	4	46	42	4	1	1	0	36	32	4	46	42	4	4	3	1
Maia	56	36	20	61	57	4	5	3	2	68	36	32	64	57	7	5	3	2
Marco Canav.	57	56	1	59	58	1	5	4	1	56	54	2	59	58	1	5	4	1
Matosinhos	70	33	37	85	69	16	9	6	3	78	30	48	84	68	16	10	6	4
Paços Ferreira	28	23	5	44	42	2	2	1	1	31	24	7	44	42	2	3	2	1
Paredes	55	51	4	72	69	3	5	4	1	57	51	6	73	69	4	6	5	1
Penafiel	57	50	7	76	75	1	4	4	0	57	50	7	74	73	1	3	3	0
Porto	162	54	108	201	104	97	53	14	39	162	52	110	196	103	93	54	18	36
Póvoa Varzim	33	20	13	44	40	4	5	4	1	37	20	17	42	39	3	4	3	1
Santo Tirso	46	36	10	73	59	14	8	4	4	47	36	11	72	58	14	8	4	4
Trofa	19	15	4	30	27	3	1	1	0	20	16	4	29	26	3	2	1	1
Valongo	43	28	15	53	42	11	4	3	1	50	29	21	54	43	11	4	3	1
Vila do Conde	57	47	10	56	55	1	3	2	1	59	47	12	56	55	1	3	2	1
Vila Nova Gaia	133	89	44	163	144	19	17	9	8	148	87	61	165	140	25	17	9	8

EVOLUÇÃO DO N° DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO (2007/2008 E 2009/2010)

UNIDADE GEOGRÁFICA	VARIACÃO								
	EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR			ENSINO BÁSICO			ENSINO SECUNDÁRIO		
	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO
Portugal	1,9%	-3,2%	13,0%	-6,5%	-8,1%	4,8%	-1,8%	-0,7%	-3,4%
Norte	0,9%	-5,0%	19,6%	-4,5%	-5,5%	4,2%	0,6%	1,1%	0,0%
Distrito do Porto	6,5%	-1,1%	23,6%	-1,7%	-2,5%	2,5%	5,8%	11,8%	0,0%
Amarante	0,0%	-2,7%	25,0%	-10,6%	-11,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Baião	5,9%	0,0%	20,0%	-11,1%	-11,1%	x	0,0%	0,0%	x
Felgueiras	13,5%	-3,2%	100,0%	-3,6%	-3,8%	0,0%	66,7%	100,0%	0,0%
Gondomar	9,7%	0,0%	37,5%	-5,1%	-5,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Lousada	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	300,0%	200,0%	x
Maia	21,4%	0,0%	60,0%	4,9%	0,0%	75,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Marco Canaveses	-1,8%	-3,6%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Matosinhos	11,4%	-9,1%	29,7%	-1,2%	-1,4%	0,0%	11,1%	0,0%	33,3%
Paços de Ferreira	10,7%	4,3%	40,0%	0,0%	0,0%	0,0%	50,0%	100,0%	0,0%
Paredes	3,6%	0,0%	50,0%	1,4%	0,0%	33,3%	20,0%	25,0%	0,0%
Penafiel	0,0%	0,0%	0,0%	-2,6%	-2,7%	0,0%	-25,0%	-25,0%	x
Porto	0,0%	-3,7%	1,9%	-2,5%	-1,0%	-4,1%	1,9%	28,6%	-7,7%
Póvoa de Varzim	12,1%	0,0%	30,8%	-4,5%	-2,5%	-25,0%	-20,0%	-25,0%	0,0%
Santo Tirso	2,2%	0,0%	10,0%	-1,4%	-1,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Trofa	5,3%	6,7%	0,0%	-3,3%	-3,7%	0,0%	100,0%	0,0%	x
Valongo	16,3%	3,6%	40,0%	1,9%	2,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Vila do Conde	3,5%	0,0%	20,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Vila Nova de Gaia	11,3%	-2,2%	38,6%	1,2%	-2,8%	31,6%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte

DESPESAS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS EM ACTIVIDADES CULTURAIS E DE DESPORTO (2008/2010)

Unidade: milhares de euros

UNIDADE GEOGRÁFICA	2008			2010			VARIACÃO (2010/2008)		
	DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
Portugal	546 019	317 789	863 808	525 805	195 286	721 091	-3,7%	-38,5%	-16,5%
Norte	184 602	110 023	294 624	161 929	56 209	218 138	-12,3%	-48,9%	-26,0%
Distrito do Porto	96 480	50 892	147 373	82 182	19 139	101 321	-14,8%	-62,4%	-31,2%
Amarante	1398	2850	4249	1540	340	1880	10,1%	-88,1%	-55,8%
Baião	564	308	872	444	465	910	-21,3%	51,1%	4,4%
Felgueiras	1355	801	2155	2008	1581	3589	48,2%	97,4%	66,5%
Gondomar	6735	515	7250	5147	629	5776	-23,6%	22,1%	-20,3%
Lousada	1468	356	1824	1302	262	1564	-11,3%	-26,5%	-14,3%
Maia	6960	5605	12 565	7252	1526	8779	4,2%	-72,8%	-30,1%
Marco de Canaveses	751	1483	2234	657	114	771	-12,5%	-92,3%	-65,5%
Matosinhos	24 822	10 424	35 246	9766	2882	12 648	-60,7%	-72,4%	-64,1%
Paços de Ferreira	2437	595	3032	2868	548	3416	17,7%	-7,9%	12,7%
Paredes	2763	3715	6478	2494	901	3395	-9,7%	-75,7%	-47,6%
Penafiel	1951	2910	4861	1626	1274	2900	-16,7%	-56,2%	-40,3%
Porto	15 023	1022	16 046	15 511	398	15 908	3,2%	-61,1%	-0,9%
Póvoa de Varzim	5025	1621	6646	4744	264	5008	-5,6%	-83,7%	-24,6%
Santo Tirso	1559	2712	4271	1299	1055	2354	-16,7%	-61,1%	-44,9%
Trofa	1340	467	1807	736	1	736	-45,1%	-99,8%	-59,3%
Valongo	1776	1551	3327	1853	5	1858	4,4%	-99,7%	-44,2%
Vila do Conde	5576	7703	13 279	6091	1143	7234	9,2%	-85,2%	-45,5%
Vila Nova de Gaia	14 978	6255	21 233	16 844	5751	22 595	12,5%	-8,1%	6,4%

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte

INDICADORES DE AMBIENTE - DISTRITO DO PORTO (2006/2009)

UNIDADE GEOGRÁFICA	SISTEMAS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (%)			SISTEMAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS (%)			ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS (ETAR) (%)		
	2006	2009	VARIAÇÃO	2006	2009	VARIAÇÃO	2006	2009	VARIAÇÃO
Portugal	91	x	x	76	x	x	70	x	x
Norte	83	92	10,8%	67	76	13,4%	64	65	1,6%
Amarante	84	86	2,4%	53	53	0,0%	43	59	37,2%
Baião	60	x	x	19	x	x	19	x	x
Felgueiras	76	97	27,6%	56	67	19,6%	53	26	-50,9%
Gondomar	100	100	0,0%	100	84	-16,0%	100	84	-16,0%
Lousada	86	100	16,3%	34	99	191,2%	20	10	-50,0%
Maia	97	100	3,1%	67	100	49,3%	65	86	32,3%
Marco de Canaveses	36	32	-11,1%	27	28	3,7%	25	21	-16,0%
Matosinhos	98	100	2,0%	85	100	17,6%	85	89	4,7%
Paços de Ferreira	78	85	9,0%	26	80	207,7%	26	61	134,6%
Paredes	60	72	20,0%	52	68	30,8%	51	41	-19,6%
Penafiel	81	99	22,2%	36	55	52,8%	28	32	14,3%
Porto	99	100	1,0%	99	100	1,0%	99	100	1,0%
Póvoa de Varzim	100	100	0,0%	78	89	14,1%	3	7	133,3%
Santo Tirso	37	73	97,3%	58	56	-3,4%	65	46	-29,2%
Trofa	34	84	147,1%	39	85	117,9%	39	57	46,2%
Valongo	93	100	7,5%	81	98	21,0%	80	91	13,8%
Vila do Conde	72	80	11,1%	49	70	42,9%	10	21	110,0%
Vila Nova de Gaia	88	98	11,4%	87	94	8,0%	87	94	8,0%

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte

CENTROS DE SAÚDE (2007/2009)

UNIDADE GEOGRÁFICA	2007				2009			
	COM INTERNAMENTO	SEM INTERNAMENTO	TOTAL	PESSOAL AO SERVIÇO	COM INTERNAMENTO	SEM INTERNAMENTO	TOTAL	PESSOAL AO SERVIÇO
Portugal	44	333	377	29 929	29	346	375	29 515
Norte	10	98	108	9525	5	102	107	9597
Distrito do Porto	1	34	35	4036	1	33	34	4148
Amarante	0	1	1	118	0	1	1	125
Baião	1	0	1	96	1	0	1	89
Felgueiras	0	1	1	122	0	1	1	126
Gondomar	0	2	2	343	0	2	2	357
Lousada	0	1	1	89	0	1	1	99
Maia	0	2	2	221	0	2	2	243
Marco Canaveses	0	1	1	92	0	1	1	94
Matosinhos	0	5	5	415	0	5	5	427
Paços de Ferreira	0	1	1	97	0	1	1	100
Paredes	0	1	1	160	0	1	1	169
Penafiel	0	1	1	152	0	1	1	161
Porto	0	8	8	791	0	7	7	724
Póvoa de Varzim	0	1	1	132	0	1	1	160
Santo Tirso	0	2	2	175	0	2	2	195
Trofa	0	1	1	76	0	1	1	74
Valongo	0	1	1	190	0	1	1	182
Vila do Conde	0	1	1	144	0	1	1	168
Vila Nova de Gaia	0	4	4	623	0	4	4	655

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CENTROS DE SAÚDE (2007/2009)

UNIDADE GEOGRÁFICA	VARIACÃO			
	COM INTERNAMENTO	SEM INTERNAMENTO	TOTAL	PESSOAL AO SERVIÇO
Portugal	-34,1%	3,9%	-0,5%	-1,4%
Norte	-50,0%	4,1%	-0,9%	0,8%
Distrito do Porto	0,0%	-2,9%	-2,9%	2,8%
Amarante	x	0,0%	0,0%	5,9%
Baião	0,0%	x	0,0%	-7,3%
Felgueiras	x	0,0%	0,0%	3,3%
Gondomar	x	0,0%	0,0%	4,1%
Lousada	x	0,0%	0,0%	11,2%
Maia	x	0,0%	0,0%	10,0%
Marco de Canaveses	x	0,0%	0,0%	2,2%
Matosinhos	x	0,0%	0,0%	2,9%
Paços de Ferreira	x	0,0%	0,0%	3,1%
Paredes	x	0,0%	0,0%	5,6%
Penafiel	x	0,0%	0,0%	5,9%
Porto	x	-12,5%	-12,5%	-8,5%
Póvoa de Varzim	x	0,0%	0,0%	21,2%
Santo Tirso	x	0,0%	0,0%	11,4%
Trofa	x	0,0%	0,0%	-2,6%
Valongo	x	0,0%	0,0%	-4,2%
Vila do Conde	x	0,0%	0,0%	16,7%
Vila Nova de Gaia	x	0,0%	0,0%	5,1%

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte

